

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**RAFAEL FERREIRA CUNHA**

**ISTO É UM ASSALTO:**

representações na campanha eleitoral presidencial de 1985 nas páginas de *O Estado do Maranhão*

São Luís

2016

**RAFAEL FERREIRA CUNHA**

**ISTO É UM ASSALTO:**

representações na campanha eleitoral presidencial de 1985 nas páginas de *O Estado do Maranhão*

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Ibarra Cabrera.

São Luís

2016

Cunha, Rafael Ferreira.

Isto é um assalto: representações na campanha eleitoral presidencial de 1985 nas páginas de O Estado do Maranhão / Rafael Ferreira Cunha. — São Luís, 2016.

57 f.il.

Orientador: Isabel Ibarra Cabrera.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de História, 2016.

1. História política. 2. Representações. 3. Campanha eleitoral presidencial de 1985. 4. Redemocratização. 5. Cobertura jornalística – O Estado do Maranhão. I. Título.

CDU 94:324(81)

**RAFAEL FERREIRA CUNHA**

**ISTO É UM ASSALTO:**

representações na campanha eleitoral presidencial de 1985 nas páginas de *O Estado do Maranhão*

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de licenciatura em História.

Aprovado em: / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Ibarra Cabrera** (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira**

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Helena Martins de Faria**

Universidade Federal do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida, saúde, família e amigos. Agradeço em especial pela sua bondade e misericórdia que me permitiu concluir mais uma etapa em minha vida.

À minha família, em especial a minha mãe e meu pai que sempre abdicaram de si para me proverem da melhor educação possível. Às minhas irmãs Karleny, Monique e Tatiane que cada uma e a sua maneira foram fontes de inspiração durante toda a minha vida.

Aos amigos de longa data Germana e Moacir, que sem dúvidas estiveram ao meu lado mesmo antes da faculdade e forneceram grandes palavras de incentivo para conclusão deste trabalho. Aos amigos de curso: Fernanda e sua enorme paciência comigo, Joyce que me apresentou a luz deste trabalho, a Katiuce que me apresentou à luz do mundo, o Peterson, o Rafael Aguiar, a Vanessa pelos risos provocados. Também agradeço a Cristina e Rafaele pelas boas gargalhadas e momentos marcantes vividos dentro e fora da faculdade e tenho certeza que todos eles compreendem a importância que a conclusão desta etapa tem para cada um de nós.

Aos amigos de estágio: Carlos, Paulo, Daniele, Gloria, Rejjane, Cassio, Hugo e Denise que demonstraram ser excelentes profissionais da nossa área. Aos amigos de trabalho que viram minha luta para conclusão deste estudo, em especial a Márcia e o Leonardo.

Aos meus professores do curso de história da UFMA do qual tiver a honra de frequentar aulas que contribuíram para meu crescimento intelectual: Lyndon, Flávio, Washington, Marivânia, Alexandre, Antônia, Johnni, Luciana, Dorval, Gyselle e Telma. As professoras Regina Helena e Maria Izabel, por terem, gentilmente aceitado o convite para participarem dessa banca, o meu muito obrigado.

Agradeço em especial a Prof<sup>a</sup>. Dra. Isabel Ibarra por ter aceitado me orientar e pela paciência ao longo da orientação desse estudo.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo estudar as representações feitas pelo jornal *O Estado do Maranhão* durante a cobertura da campanha eleitoral presidencial que elegeu Tancredo Neves para presidente da república. Para tal estudo adota como conceitos básicos os defendidos pela nova história política, representação e as discussões que permitiram o uso de jornais como fonte de pesquisa histórica. Aplicamos esses conceitos para compreender as narrações dos embates políticos na eleição de 1985 e seus desdobramentos no Maranhão e na redemocratização do Brasil. Como consequência desse estudo acabamos por narrar boa parte da trajetória política de José Sarney, sua relação com os meios de comunicação e a importância deles em sua vida política.

Palavras-chave: Representações. Redemocratização. Eleição de 1985. Jornal *O Estado do Maranhão*

## ABSTRACT

This monograph study the representations made by the *O Estado do Maranhão* newspaper while covering the presidential election campaign that elected Tancredo Neves as president of the republic. For this study adopts the basic concepts espoused by the new political history, representation and discussions that allowed the use of newspapers as historical research source. We apply the concepts to understand the stories of political battles in the 1985 election and its effects in Maranhão and return of democracy in Brazil. As a result of this study ended up narrating much of the political career of José Sarney, his relationship with the media and their importance in his political life.

Keywords: Representations. Return of democracy. Election. *O Estado do Maranhão* newspapers

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	De volta ao trabalho: placa de boas vindas para Roseana Sarney após a cassação do governador Jackson Lago em 2009 .....	25
Figura 2 –	Isto é um Assalto .....	34
Figura 3 –	Acusação infamante.....	37
Figura 4 –	88 páginas.....	40
Figura 5 –	Coluna do PH .....	46
Figura 6 –	Aracaju ovaciona Tancredo e Sarney .....	47
Figura 7 –	Governo Federal bloqueia recursos para o Promorar .....	49
Figura 8 –	Crise na Prefeitura .....	50
Figura 9 –	Tem que clarear .....	51
Figura 10 –	Jorge Amado e o governo Tancredo-Sarney.....	52
Figura 11 –	Os candidatos .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC paulista	Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C)
AI	Ato Institucional
AL	Assembleia Legislativa
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CE	Colégio Eleitoral
FESM	Federação das Escolas Superiores
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
FUM	Fundação Universidade do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>O REGIME MILITAR NO BRASIL E NO MARANHÃO</b> .....	13
<b>2.1</b>	<b>O auge do regime</b> .....	13
2.1.1	Economia e política brasileira no início da década de 1970 .....	13
2.1.2	Movimentos sociais e meios de comunicação.....	15
<b>2.2</b>	<b>A abertura lenta e gradual</b> .....	16
2.2.1	Economia nos anos finais do regime militar .....	16
2.2.2	Situação política nos anos finais da ditadura militar .....	17
2.2.3	A renovação dos movimentos sociais .....	19
2.2.4	Meios de comunicação nos anos finais do regime militar .....	21
<b>2.3</b>	<b>Regime militar no Maranhão</b> .....	22
2.3.1	Política e ‘industrialização’ da economia maranhense no regime militar .....	23
2.3.2	Maranhão rural .....	27
2.3.3	O movimento estudantil .....	27
2.3.4	Os meios de comunicação no Maranhão.....	28
<b>3</b>	<b>EMBATES NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1985 NO MARANHÃO</b> ....	31
<b>3.1</b>	<b>Primeiros apontamentos</b> .....	31
<b>3.2</b>	<b>A democracia sob assalto</b> .....	34
<b>3.3</b>	<b>A ‘operação’ racial</b> .....	38
<b>3.4</b>	<b>Os delegados maranhenses no colégio eleitoral</b> .....	40
<b>4</b>	<b>A CAMPANHA DE CONVENCIMENTO NAS NOTÍCIAS</b> .....	43
<b>4.1</b>	<b>A construção da notícia</b> .....	43
<b>4.2</b>	<b>A campanha de convencimento</b> .....	45
4.2.1	A coluna social .....	45
4.2.2	As capas: a oposição como vítima.....	47
4.2.3	O caderno alternativo: a arte na/da política.....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos principais motivos que serviram de incentivo para o desenvolvimento deste trabalho encontra-se na carência de estudos sobre o Maranhão político, principalmente, quando se trata de temas mais próximos da Contemporaneidade.

Atualmente existe uma tendência no meio acadêmico em trabalhar temas que anteriormente não eram usados ou eram pouco explorados, por exemplo, a sexualidade, mulheres, cotidiano e mentalidades. Essa tendência, como veremos no capítulo primeiro, naturalmente levou a uma fuga de historiadores que trabalhavam temas ligados a eixos tradicionais como política e economia. Entretanto, a partir da década de 1980 a história política ganhou um novo impulso, “[...] ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo” (FERREIRA, 2002, p. 319).

A cobertura jornalística da campanha eleitoral presidencial de 1985 feita pelo jornal *O Estado do Maranhão* foi escolhida como objeto de estudo desse trabalho, por dois motivos: primeiro pelo fato do jornal ser um dos jornais de maior tiragem no Estado, tanto atualmente quanto no período no qual foi analisado; e segundo pela sua estreita ligação com o candidato à vice-presidência, José Sarney, pela chapa da oposição (Aliança Democrática) durante a campanha presidencial de 1984/85. A fonte principal, o jornal *O Estado do Maranhão*, despejava diariamente um número significativo de reportagens de cunho político e direcionadas às eleições, que preenchiam cada espaço do jornal desde a coluna política até a coluna social. Tal prática parece mais compreensiva, quando percebemos que aquele período de reordenação política seria decisivo para o futuro dos políticos que se (re)alinhasssem ou não à ideia de democracia.

A quantidade excessiva de informação exigiu estabelecer um recorte temporal estabelecido 26 de outubro de 1984 até 15 de janeiro de 1985; a escolha das datas serão esclarecidas no primeiro e segundo capítulos. E a escolha do jornal *O Estado do Maranhão* como fonte não foi por outro motivo, senão pela relação estreita entre o jornal e o então senador pelo maranhão José Sarney em 1984. Nesse mesmo ano Sarney tornar-se-ia dissidente do Partido Democrático Social (PDS) culminando na sua candidatura como vice na chapa de Tancredo Neves, que venceu as eleições presidenciais indiretas do Brasil em janeiro 1985.

As reportagens encontradas levantaram questionamentos, hipóteses e sugestões e nesta pesquisa acadêmica buscaremos analisar dois destes pontos: o primeiro, a cobertura feita pelo jornal *O Estado do Maranhão* sobre a conturbada eleição dos delegados na Assembleia

Legislativa maranhense para o colégio eleitoral (CE), que iria eleger Tancredo Neves em janeiro de 1985. Essa eleição dos delegados maranhenses para o colégio eleitoral teve repercussão nacional nos principais jornais impressos devido à forma como foi feita e acabou tendo que ser decidida pelos tribunais eleitorais e pela mesa diretora do senado; o segundo ponto, que perpassa pelo primeiro, se refere à forma como os políticos maranhenses Mauro Fecury, Luís Rocha e o próprio José Sarney (rebeldes e dissidentes do PDS) utilizaram-se da campanha eleitoral presidencial para promoverem suas imagens já vislumbrando a redemocratização e um estabelecimento de suas posições e espaços na política local.

No que diz respeito ao uso de mídia impressa como fonte, recorreremos a autores como Tania Regina de Luca que rebate a hierarquização qualitativa dos tipos de fontes históricas que até poucas décadas atrás classificava a mídia impressa como uma fonte sem objetividade e neutralidade em detrimento das fontes históricas tradicionais. Aliais, “[...] as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (DE LUCCA, 2011, p. 128). Ademais, De Lucca (2011) esclarece que, atualmente, o historiador dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação entre a narração do acontecimento e o próprio acontecido.

Sobre a Nova História Política, Ferreira (2003, p. 6-7) defende os conceitos e métodos utilizados pela nova história política que superam falhas da história política tradicional como “[...] as antigas acusações de que a história política só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas”. A inclusão de temas como opinião pública e eleições na Nova História Política são exemplos disso, pois nada mais são que manifestações da vontade popular que no passado não fora dada a devida importância.

O foco principal deste trabalho está diretamente ligado às eleições, ou mais precisamente: à cobertura da campanha eleitoral de 1985. Sobre eleições, e a partir de Rémond (2003), podemos perceber que nos regimes políticos atuais existe um papel decisivo das eleições que desde suas origens “[...] reconheciam a primazia da opinião pública e faziam depender de sua expressão, restrita ou geral, por intermédio da eleição, a atribuição de poder” (RÉMOND, 2003, p. 38). Dessa forma, estudar as eleições como tema central deste trabalho torna-se essencial para a compreensão da construção das representações que permearam a história da redemocratização do Brasil no ano de 1985, a partir das imagens e representações contidas em *O Estado do Maranhão*.

Sobre representações, Chartier (2002, p. 71) afirma:

Não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir) e que não há compreensão de um escrito, seja qual for, que não dependa das formas nas quais ele chega ao seu leitor. Por isso, a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: aqueles que dizem respeito às estratégias de escritura e às intenções do autor, aqueles que resultam de uma decisão de editor ou de uma imposição da oficina.

Exatamente neste momento entra a análise do discurso citada por De Lucca (2011) anteriormente e desta forma usamos Chartier (2002) para compreender os cuidados que devemos tomar ao fazer a leitura da escrita do que nos é dito pelo jornal.

No segundo capítulo, adentraremos o núcleo desta pesquisa, o conturbado processo de escolha dos delegados maranhenses para o Colégio Eleitoral, que escolheria o primeiro presidente da República civil após a ditadura militar. A escolha desses delegados ocorreria na Assembleia Legislativa do Maranhão e foi marcado por reviravoltas, confusões e acusações; isso tudo dentro do próprio PDS maranhense na Assembleia. A questão foi resolvida judicialmente e as vésperas da realização do colégio eleitoral que ocorreria em 15 de janeiro de 1985.

No terceiro capítulo através dos conceitos de Amaral (1978, p. 133), iremos elencar os principais elementos da subjetividade que permeia a fabricação da reportagem, pois a reportagem é “[...] uma arte, porque nela entra toda a bagagem subjetiva de quem a faz” e nela está contida os interesses do jornalista, seu editor e do seu patrão.

Então, para uma compreensão do contexto eleitoral de 1985, faz-se necessário contextualizar, previamente, a história nacional e local a partir de uma historiografia atualizada. Dessa forma no primeiro capítulo discorre-se sobre uma contextualização do auge do regime militar, dos chamados anos de chumbo até o início da abertura do regime militar. Nesse capítulo desenvolveremos aspectos políticos, econômicos, sociais e uma breve descrição da situação dos meios de comunicação nesse período.

Ainda no capítulo terceiro enfocamos a construção das notícias diante da perspectiva da redemocratização, buscando apresentar elementos e estratégias das representações contidas no jornal *O Estado do Maranhão* e como elas favoreceram as imagens dos políticos alinhados ao jornal e a José Sarney.

É através de Miquel Alsina que buscamos entender as várias faces da notícia “como algo verdadeiro ou fingido, provado ou não” (ALSINA, 2009, p. 296) e que apesar de não haver um conceito universal de notícia, ela existe e consequências são independentes de sua veracidade.

No último capítulo também observaremos a estratégia, nomeada neste estudo por ‘campanha de convencimento’, que foi adotada e direcionada aos eleitores pelo jornal durante a campanha política de 1984 e 1985; isso nos sugere que os políticos da época já vislumbravam os futuros eleitores e por consequência seus espaços na arena política após o regime militar.

## **2 O REGIME MILITAR NO BRASIL E NO MARANHÃO**

No início dos anos 1970 no Brasil, sob o comando do general Garrastazu Médici (1969-1974), a ditadura militar brasileira encontrava-se no seu período mais duro. Nessa mesma década começaria a “abertura lenta e gradual” (SADER, 1990), apareceriam também às controvérsias da política econômica adotada pelo regime e o final da década experimentaria uma revitalização dos movimentos sociais contra a ditadura (movimento estudantil, operário, entre outros).

### **2.1 O auge do regime**

Na política a oposição congressista do regime estava sob controle, no campo social as camadas medianas desfrutavam uma calmaria inflacionária e estabilidade econômica; já as camadas mais pobres viam sua situação em relação aos demais se agravar. Os meios de comunicação alinhados ao regime seguiam suas atividades com certa naturalidade (a naturalidade de um regime autoritário) os não alinhados experimentavam todo o rigor da censura e repressão.

#### **2.1.1 Economia e política brasileira no início da década de 1970**

No campo econômico o Brasil vivia o período que ficou conhecido como “milagre econômico” expressão comumente utilizada pela imprensa brasileira à época e definida por Napolitano (1998, p. 40) como “[...] nome dado pelos capitalistas internacionais para qualificar o período de retomada do crescimento econômico a uma taxa média de 10% ao ano”.

Para Habert (2006, p. 13) o milagre não tinha nada de milagre, pois o período “[...] representou a consolidação da expansão capitalista nos moldes que já vinham se delineando, contando com as bases econômicas e políticas anteriormente implantadas e com a recuperação da economia mundial a partir de 1967-68”. Em outras palavras: o “milagre” foi proveniente de ações tomadas logo no início do regime militar, como o arrocho salarial, a garantia de livre entrada de capitais estrangeiros, da livre remessa de lucros e da criação de instituições e mecanismos financeiros que beneficiaram empresas nacionais e internacionais. Dessa forma não teria o caráter de surpreendente que a palavra milagre lhe confere.

Com tais medidas o governo conseguiu pelo menos durante a primeira metade do regime experimentar uma queda inflacionária e índices de crescimento do PIB próximos a 10% ao ano.

Um dos principais problemas dessa política econômica – que não tardaria a se revelar – era a acentuação da concentração de renda, e conseqüentemente o aumento da desigualdade social que cresceu de tal forma que em “[...] 1980, os mais ricos, apenas 1% da população, concentravam uma parcela da renda quase igual ao total da renda de 50% da população – os mais pobres” (HABERT, 2006, p. 13), nesse contexto os brasileiros não pareciam estar tão bem quanto o Brasil.

É certo que esses dados não demonstram com exatidão o fardo que a população mais pobre carregava, porém, através dele, podemos aproximar-nos das dimensões que a concentração de renda atingiu no país durante o regime. Sabemos também que até hoje o Brasil é conhecido por sua concentração de renda e por isso mais a frente trataremos melhor, o descontentamento da população com a desigualdade social.

No campo político quando o general Garrastazu Médici assumiu a presidência da República em 1969, além de ter herdado uma economia propícia ao desenvolvimento do “milagre econômico”, encontrou um congresso fraco, que acabava de experimentar dez meses fechado. A ditadura militar desde o seu início implementou mecanismos que lhe deram vários poderes e que aos poucos lhe concederam poderes ilimitados. Ainda com o primeiro general presidente o regime começou uma centralização do poder e decisões no executivo “[...] governando a base de atos institucionais, decretos-leis e constituição outorgada” (HABERT, 2006, p. 9). Além disso, fechou os partidos existentes, criando o bipartidarismo e acabou com as eleições diretas para governadores e presidente da república.

Finalmente, em 1968, no governo de Costa e Silva foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) como resposta ao crescimento de contestações do regime por estudantes e operários. Esse ato outorgou ao governo poderes como o de poder fechar o Congresso por tempo indeterminado e continuar a cassar mandatos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, aposentar ou demitir qualquer funcionário público e estendeu a censura prévia aos meios de comunicação. Somando-se ao AI-5, os atos institucionais seguintes decretaram a pena de morte, prisão perpétua e o banimento político; usando como motivação para tais atos institucionais, o combate à luta armada das organizações de esquerda.

Apesar de todo esse aparato de repressão do regime militar, os congressistas de oposição desfrutavam de certa “liberdade” em seus discursos no Congresso, dessa forma discursos exaltados poderiam facilmente ser tachados de subversivos o que poderia acarretar

na cassação do mandato do deputado. Essa afirmação fica clara no seguinte trecho: “[...] a ameaça de tal intervenção arbitrária pendia sobre a cabeça de cada parlamentar da oposição (e de alguns do governo); não obstante, os discursos parlamentares eram raramente censurados” (SKIDMORE, 1988, p. 303).

### 2.1.2 Movimentos sociais e meios de comunicação

O Ato Institucional nº 5 foi uma lei que teve forte ação contra o que restava dos movimentos sociais organizados. Desde o início da implantação do regime a repressão se abateu sobre todos os grupos: operário, camponês, estudantil e demais movimentos organizados) que se manifestavam contra o regime, a repressão se dava através de prisões e até mortes desses militantes. No ano de 1968 antes do AI-5 até houve uma resistência maior desses grupos, mas como foi dito, o AI-5 somado aos decretos seguintes tratou de sarar essa ferida da ditadura militar. Cumpre ressaltar que a resistência não sumiu após tais atos dos militares, porém não se pode negar que ela foi substancialmente fragilizada.

Apesar da forte repressão, principalmente após 1969, para uma parte da população a vida seguia muito bem, principalmente para aquelas pessoas que viviam longe dos movimentos contestatórios e dos grandes centros urbanos. Visto que elas não viam e muito menos sentiam a violência da repressão com todo o seu vigor, pois estes elementos do regime militar eram mais claros em grandes conglomerados urbanos do país.

No início da década de 70 a censura aos meios de comunicação já estava institucionalizada. A censura não só atingiu meios de comunicação como jornais, revistas, rádios e TVs como também as artes (filmes, teatro e música) e até o ensino (educação). Tais censuras tinham como base de alegação a preservação da “segurança nacional” (SKIDMORE, 1988).

As redações de jornais, revistas, TVs, novelas tinham censores que filtravam seu conteúdo para que chegasse ao público uma imagem de “paz, prosperidade e tranquilidade”. A censura não era somente previa filtrando as notícias, mas também poderia ocorrer após a publicação e as consequências não eram menos piores; ocorriam desde retiradas das edições de jornais e revistas das bancas até prisões de jornalistas e editores. Em 1980 órgãos de imprensa, editoras e bancas de jornal tornaram-se alvos de atentados a bomba, chegando a tal ponto que “Com medo, jornalistas dos grandes centros passaram a afixar em suas bancas avisos no estilo: Não vendemos *Hora do Povo*, *Movimento*, *Pasquim* etc.” (MARTINS; DE LUCCA, 2008, p. 256), jornais reconhecidamente da imprensa alternativa.

Uma das principais características da censura da ditadura militar foi ter atingido tanto pequenos como grandes jornais. A censura sobre os grandes jornais utilizava-se do controle das notícias que chegariam ao público sobre a ditadura, para selecionar “as verdades do regime” que chegariam ao leitor, segundo Skidmore (1988). Em relação à TV e rádio o controle era ainda mais efetivo, pois era fácil pressionar seus proprietários através das concessões de TV e rádio que caberiam ao governo conceder; a pressão também poderia ocorrer através dos anunciantes dessas emissoras que também poderiam ser pressionados para não anunciar em determinado meio de comunicação.

Anteriormente foi mencionada a certa liberdade que os oposicionistas tinham para discursar no Congresso, infelizmente essa liberdade não se estendia à divulgação pelos jornais do que era dito na tribuna do congresso, pois o próprio Congresso sob a censura do Governo militar filtrava os discursos antes deles serem divulgados a imprensa (SKIDMORE, 1988).

## **2.2 A abertura lenta e gradual**

Em fins dos anos 70 e ultrapassado os anos de chumbo o regime militar começava a sinalizar uma abertura. Parece ser consenso entre historiadores que não havia no momento uma fragilidade do regime, pelo contrário, quando do início da abertura lenta e gradual da ditadura para a Democracia, a efetiva repressão tinha desbaratado boa parte dos movimentos organizados contestatórios do regime.

Essa abertura não ocorreu de forma crescente e foi repleta de idas e vindas que apenas indicam que o governo militar mesmo já tendo anunciado a “abertura”, não deixou de tomar medidas ditatoriais como fechar o Congresso em 1977, devido a um impasse entre o legislativo e o executivo na hora de aprovar um pacote de medidas autoritárias. Nos próximos parágrafos os pormenores da conjuntura que permeou a abertura poderão ser melhores discutidos.

### **2.2.1 Economia nos anos finais do regime militar**

Na parte final da década de 70 e início dos 80 a situação econômica começava a degradar-se cada vez mais. Os primeiros sintomas já haviam sido sentidos a partir de 1973 com uma crise mundial que começava assolar o Capitalismo e que foi agravada pela crise e elevação dos preços do petróleo, que atingira diretamente o Brasil por ser dependente do petróleo importado. A economia que era um dos pilares do regime começava a se desgastar,

corroendo também, desta forma, a imagem do regime.

A crise internacional somada à política econômica brasileira, baseada na entrada de capital externo maciço e empréstimos, foi pega em cheio por essa crise. Aliás, segundo Skidmore (1988), quando estourou a crise do petróleo em 1973, o Brasil só conseguiu continuar a crescer por causa dos empréstimos tomados.

Por volta de 1982, as consequências dos empréstimos feitos pelo Brasil se tornaram mais penosas: produção industrial, emprego, bem-estar social e PIB cederam lugar a outra prioridade – na iminência de dar um calote externo – o governo priorizou o pagamento dos juros da dívida externa. Outro fator que viria a causar recessão da economia brasileira foi a alta dos juros externos que reduziu, significativamente, as exportações brasileiras.

Nos anos seguintes por volta de 1982 a 1984 a indústria experimentou uma queda de produção. Pela contenção de gastos as estatais também sofreram retração e setores ligados a ela como construção civil, comunicação e transportes seguiram o mesmo caminho. Em 1984, o Brasil experimentava seu quarto ano seguido de recessão e o regime militar via seu baluarte: o milagre, mais especificamente, o PIB *per capita*, retraindo-se.

### 2.2.2 Situação política nos anos finais da ditadura militar

No campo político, mais precisamente dentro do próprio regime, os militares castelistas pareciam ter vencido a “guerra fria” contra os militares da chamada linha dura e impuseram seus presidentes: primeiro Geisel e depois João Figueiredo (último militar na presidência durante o regime militar). Figueiredo em 1979 enviou uma lei ao Congresso de reformulação partidária que acabava com o bipartidarismo. A ideia dos estrategistas do governo era de dividir a oposição que claramente apresentava grupos distintos dentro do MDB e manter o partido do governo a ARENA unindo apenas com outro nome, visto que ficaria vedada a permanência das legendas anteriores.

Nesse contexto surgiram os seguintes partidos: PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PP (Partido Progressista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ex-MDB, presidido pelo deputado Ulysses Guimarães; e o PDS – partido que aglutinava os ex-partidários da ARENA e presidido por José Sarney.

O vai e vem da abertura política, já mencionada neste trabalho, se mostrou evidente mais uma vez. Em 1980 o governo, temendo perder sua maioria de prefeitos enviou ao congresso uma lei que adiava as eleições municipais para 1982, “[...] quando seriam eleitos

diretamente os governadores estaduais, um terço do Senado, os membros da Câmara dos Deputados e de todas as assembleias legislativas. Na opinião do governo, o PDS, não a oposição, seria beneficiado com tantas eleições em um mesmo dia” (SKIDMORE, 1988, p. 432); cumpre frisar que desde 1965 os governadores não eram eleitos diretamente. O resultado das eleições parece ter sido bem calculado pelo governo em relação a lei de reformulação partidária. O governo saiu vitorioso novamente:

Os resultados eleitorais amplamente confirmaram a estratégia original de Golbery. Embora a oposição tivesse recebido 59 por cento do total dos votos populares, não conseguiu fazer maioria no congresso (considerando as duas casas juntas) ou no colégio eleitoral, que devia escolher o sucessor de Figueiredo. Na Câmara dos Deputados a oposição (reunindo todos os quatro partidos – PMDB, PDT, PTB e PT) agora ultrapassava o PDS por 240 a 235, mas no Senado tinha uma vantagem de 46 sobre 23 da oposição. No colégio eleitoral (formado por ambas as casas do congresso mais seis representantes do partido majoritário em cada estado) o PDS tinha uma maioria de 356 sobre um total de 330 das oposições reunidas (SKIDMORE, 1988, p. 454).

Já para Martins e De Lucca (2008) “[...] embora o partido governista tenha levado a maioria, a oposição venceu nos principais estados: Leonel Brizola (PDT) se elegeu no Rio de Janeiro, Franco Montoro (PMDB) em São Paulo e Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais” (2008, p. 258). Dessa forma mesmo diante de uma perda no colégio eleitoral, houve uma vitória parcial da oposição devido à eleição dos governadores de oposição nos três principais colégios eleitorais do Brasil.

Essa eleição serviu para mostrar outro ponto de fundamental importância para esse trabalho Alfred Stepan além de apontar as eleições de 1982 como uma das mais disputadas do Brasil, disse também que “[...] políticos de ambos os partidos tinham um olho no estado e outro voltado para a frente, visando aquele eleitorado que, bastante modificado, determinaria, cada vez mais, sua sorte, e ao qual teriam de prestar contas de suas ações” (STEPAN, 1987, p. 75) declarações como essa – que os políticos estavam reorganizando-se para conquistar eleitores visando a volta à Democracia – é o foco deste trabalho. Stepan não usa o termo democracia, mas é inegável que uma das principais mudanças que viria com a abertura da ditadura era a volta do poder de votar diretamente em seus representantes para a população.

Enfim, aproximava-se a volta da democracia. Quando finalmente as eleições presidenciais indiretas foram marcadas para janeiro de 1985, pela oposição surgia Tancredo Neves político moderado, e palatável para aos militares em uma futura transição. Como sabemos a abertura política foi cheia de “idas e vindas” do regime autoritário e indicar um

político radical pela oposição poderia gerar mais algum ato político do regime que retardasse a volta dos civis a presidência da república.

Pelo PDS, partido governista a lista de possíveis candidatos foi grande, mas o indicado foi o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Sua indicação não foi fácil, pela sua fama de corrupto e de seus métodos ditatoriais enfrentou dentro do próprio PDS muita resistência, inclusive pelo seu colega de partido e vice-presidente da república, Aureliano Chaves; do próprio presidente do partido José Sarney e também de vários outros líderes políticos, principalmente do Nordeste, como Antonio Carlos Magalhães da Bahia. Seguindo estes três políticos vários outros pedessistas deixaram o PDS. Sobre essa dissidência Sader (1990, p. 41) diz:

Antes da votação no Colégio Eleitoral, o malufismo<sup>1</sup> foi repudiado pelo vice-presidente da república, Aureliano Chaves, que mostrou sua disposição de apoiar a oposição, no que foi seguido pelo até então presidente do PDS, José Sarney, e por outros políticos, que terminaram saindo desse partido e fundando o Partido da Frente Liberal (PFL). Este partido estabeleceu um acordo com o PMDB, constituindo a Aliança Democrática, como frente de partidos que se propunha a governar o país durante a transição democrática.

Em agosto de 1984 Maluf e Tancredo são escolhidos candidatos à presidência pelo seus respectivos partidos, PDS e PMDB. Pela chapa de Tancredo Neves concorria como vice José Sarney, dissidente respeitado e conhecido por ser articulista no PDS. Foi visto como uma fórmula que poderiam levar para a chapa de Tancredo o apoio do Nordeste. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente da República.

### 2.2.3 A renovação dos movimentos sociais

Em fins de 1979 as greves voltariam a sacudir o Brasil, em especial as dos metalúrgicos do ABC paulista que estavam sob novas lideranças, não oficiais (em alguns casos) e não mais ligadas diretamente ao governo. Esse movimento que vinha crescendo desde 1977 era muito diferente e muito maior do que aquele movimento dos operários controlados pelo governo e seus pelegos que controlavam os sindicatos até então. Agora as novas lideranças, muitas das quais não oficiais, não aceitavam as imposições do governo e dos patrões sem uma discussão melhor das reivindicações dos operários. Assim surgia o “novo sindicalismo”, o que, para Habert (2006), foi o fato mais importante daquela década.

---

<sup>1</sup> Malufismo: nome do movimento que apoiava a indicação de Paulo Maluf como candidato à presidência pelo PDS.

Vários movimentos populares sugeriram a partir de 1975 sendo que não podemos negar o papel fundamental e propulsor que a crise econômica teve para o surgimento deles. Evidentemente que o abrandamento da censura permitiu até certo ponto uma visão mais crítica da ditadura. Aliás, diversos outros fatores como a repressão teve seu peso para o renovação destes movimentos sociais que, em muitos casos, não contestavam a ditadura, pelo menos não diretamente. Muitos contestavam apenas elementos dela ou consequências de medidas tomadas pelo regime, o que para muitos pode parecer redundante.

Os operários foram atingidos diretamente pela crise econômica, como consequência o medo de perder seus empregos se instaurou, assim como a diminuição do poder aquisitivo, dos salários e do padrão de vida, isto de certa forma fez com que essa parte da população olhasse de forma mais crítica para o regime. Em geral, boa parte da população temia e foi atingida pelo arrocho salarial, desemprego e miséria. Foram estas preocupações que também contribuíram para favorecer ao revigoramento ou surgimento de movimentos como O Movimento do custo de vida, movimentos populares de bairros, das mulheres, da anistia, dos estudantes, dos operários entre tantos outros. Os setores intermediários da sociedade (como profissionais liberais, assalariados, etc.) desde 1979 vez por outra se revoltavam com a repressão do regime que atingiam muitas vezes seus filhos universitários e militantes do movimento estudantil.

Todos esses movimentos citados “[...] mobilizaram milhares de moradores, donas-de-casa, trabalhadores assalariados, desempregados, operários, boias-frias, ambulantes, empregadas domésticas, homens e mulheres, velhos e crianças” (HABERT, 2006, p. 55). Essas reivindicações se deram de diversas formas desde abaixo-assinados e pesquisas até passeatas, atos públicos e bloqueios de rua. Esses movimentos nos fazem perceber que a participação da população, ou pelo menos um interesse pela mudança acabou despertando na população, que passou a ver dentro do limite de cada grupo o governo de forma mais crítica. Segundo Sader (1990), desde as eleições legislativas de 1978 pôde-se observar nos eleitores uma mudança de protesto que deixava de votar nulo, para votar na oposição, o MDB.

Já nos anos finais do regime é possível perceber um certo ânimo da população em temas relacionados à Democracia ou a possibilidade de volta desta. Um exemplo foram as manifestações em favor das “Diretas já” que foi uma mobilização popular pedindo votação direta para presidente já para as eleições de 85, a qual chegou a concentrar em uma dessas manifestações aproximadamente 1 milhão de manifestantes, segundo Napolitano (1998, p. 97). Conforme ainda Napolitano (1998) boa parte do fôlego da população vinha da cobertura dos meios de comunicação, principalmente da Rede Globo, que outrora havia apoiado o golpe

de 64 e desfrutado de bons lucros e crescimento por apoiar a ditadura; agora fazia uma maior cobertura das campanhas das ‘Diretas já’.

No início Rede Globo até ignorou os comícios pró-diretas a pedido do governo, no entanto ficou constrangedor fazer vista grossa ao movimento que já havia tomado proporções como o tamanho que a campanha das diretas tomou. Ademais a própria Globo como outros meios de comunicação já haviam mudado de lado nesse período, o conservadorismo e carisma de Tancredo não tinha conquistado somente a população, mas também meios de comunicação importantes como a Rede Globo.

#### 2.2.4 Meios de comunicação nos anos finais do regime militar

A partir de 1975 a censura prévia foi lentamente suspensa “Inicialmente para os grandes jornais – o Estado de S. Paulo foi o primeiro beneficiado – e só depois de 1978 para os da imprensa alternativa, sem que isto significasse o fim do controle e das perseguições políticas” (HABERT, 2006, p. 50). Isso não quer dizer que, após esse período, não tenham ocorrido, repetidas vezes, censuras às apresentações televisivas, músicas, filmes e peças de teatro. E assim se estendeu até o último governo do regime militar do general João Batista Figueiredo.

A essa altura do regime militar o rádio e, principalmente, a TV já havia conquistado um espaço significativo no cotidiano das populações dos grandes centros urbanos brasileiros:

A década de 70 presenciou uma imensa expansão da massificação das informações e dos padrões de comportamento e de consumo do mundo capitalista sob a extraordinária consolidação da indústria cultural e dos meios de comunicação, a TV desempenhou importante papel por todo território nacional. Sua penetração foi inigualável numa década em que as redes de telecomunicação chegaram às mais distantes regiões do país e durante a qual a aquisição de aparelhos de TV generalizou-se em todas as camadas sociais. O jornal O Estado de São Paulo noticiava, em 1976, que na Grande São Paulo quase 95% dos domicílios tinham TV e que a cada noite 7 milhões de paulistanos passavam quase três horas diante dos televisores (CAMARGO, 1976 apud HABERT, 2006. p. 70).

Esta afirmação aponta que, no mínimo, a influência da TV na opinião da população nesse período já havia conquistado certa relevância, principalmente em grandes centros urbanos do sudeste. O próprio governo militar percebeu isso, tanto que, em 1976, aprovou no congresso uma lei conhecida com “Lei Falcão” em referência ao ministro da justiça à época, Armando Falcão. Segundo ele, a TV e rádio haviam desempenhado

importante papel na vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974. Essa vitória foi conseguida com o auxílio da TV “[...] quando os candidatos do MDB usaram a televisão para atrair votos decisivos” (SKIDMORE, 1988, p. 371). A Lei Falcão consistia em restringir o uso da televisão e rádio para fins políticos por qualquer candidato, mas que atingiu principalmente a oposição que não pôde mais reproduzir seus discursos e comícios nas rádios e TVs .

### **2.3 Regime militar no Maranhão**

No fim da década de 1970 e início da década de 1980 a situação política do Maranhão e do Nordeste não era muito diferente do restante do Brasil, porém, as práticas coronelistas eram ainda fortes em alguns Estados, como o Maranhão. No campo econômico, surgiam políticos com propostas desenvolvimentistas e tecnocráticas que refletiam assim como em nível federal uma nova forma de pensar no Maranhão.

Ao contrário da historiografia nacional em que o regime militar possuía uma vasta bibliografia, a historiografia maranhense carece de estudos mais completos sobre o tema. Existem sim várias produções sobre esse período. Mas com análises específicas e montar esse quebra-cabeça não é uma tarefa nada fácil. Esclarecida essa dificuldade fica o pedido de compreensão para algum eventual relapso histórico.

Ao falar sobre a Amazônia e o Nordeste, Skidmore (1988, p. 287) nos apresenta um bom panorama da economia do Nordeste em fins dos anos 60 e início dos 70:

O Nordeste apresentava um problema econômico cuja solução estava muito além dos recursos alocados por qualquer governo anterior. Nenhuma região do Brasil podia comparar-se à escala de miséria em que viviam mais de 30 milhões de nordestinos. Em 1961 o governo federal estabeleceu uma dedução de 50 por cento dos impostos das empresas que investissem no nordeste. A medida provocou um surto de investimentos nos novos parques industriais da Bahia e da periferia de Recife. Mas o seu efeito final nas economias locais foi questionado por muitos críticos, porque os investimentos quase invariavelmente foram em tecnologias intensivas de capital e não de mão de obra.

De acordo com Skidmore (1988) já nos governos dos generais Costa e Silva (1967- 1969) e Garrastazu Médici (1969- 1974) a preocupação do governo militar com o Nordeste não se refletiu em transferências significativas de recursos para ele, principalmente por dois motivos: primeiro transferir recursos do centro-sul para o Nordeste exigiria que brasileiros de outras áreas abrissem mão de benefícios econômicos em sua região para poder financiar o Nordeste, e segundo porque o próprio regime já enfrentava contenção de gastos.

### 2.3.1 Política e ‘industrialização’ da economia maranhense no regime militar

O domínio político na história política maranhense desde 1965 tem sido de certa forma hegemônica, devido à falta de alternância política, nos últimos anos apenas um grupo político que tem eleito os governadores no Estado. Conforme Barbosa (2003, p. 9) as “[...] temporalidades da política no Maranhão estão intrinsecamente associadas ao grupo Sarney e seu projeto de dominação na política regional e local [...]” que desde a sua eleição para governador do Maranhão na década de 60 conseguiu eleger sucessivamente os governadores seguintes ligados ao seu grupo, com poucas exceções.

Quando Sarney assumiu o governo do Estado suas atitudes quanto à economia do Maranhão não foram diferentes das adotadas pelos militares em nível federal. Basicamente consistiu em abrir o mercado local ao Capital monopolista juntamente com uma reforma administrativa que prometia ser mais tecnicista (SILVA, 2001). De fato nomes reconhecidamente técnicos foram indicados para cargos importantes em seu governo, mas ainda hoje, aproximadamente 50 anos depois, não é difícil encontrar sinecuras e funcionários sem a menor experiência na pasta que comanda.

Um dos principais aliados e membro do grupo Sarney, que também foi governador do Maranhão, merece destaque, João Castelo. Quando governador (1979-1982) foi responsável por inúmeras obras no Estado e também pela implantação do Programa Grande Carajás (PGC). Esse programa que, segundo Costa (2015), anunciado na propaganda oficial do governo prometia extraordinários 1 milhão de empregos. Sobre os resultados dos projetos que incluem o PGC, Silva (2001, p. 13) nos diz:

Os vários projetos que compõem o PGC geraram, 1994, cerca de 5.800 empregos diretos e 28.700 indiretos. Desses, restaram aos trabalhadores maranhenses aqueles de menor qualificação e remuneração. Já no quadro geral de empregos no setor industrial maranhense, o PGC contribuiu com apenas 10% do total. Portanto os grandes projetos não dinamizaram a industrialização, tão pouco aumentaram a oferta de emprego no estado. Pelo contrário, as famílias desapropriadas de suas terras não encontraram alternativas que reconstruíssem seu modo de vida em melhores condições: aumentou o número de pessoas morando em favelas; ampliou-se a concentração fundiária, sendo que, em 1988, 88.04% das terras foram cadastradas na condição de latifúndios.

De acordo com Silva percebemos que os benefícios do PGC foram parciais, pois as populações desapropriadas de suas terras para implantação do projeto (que não encontraram um local que reproduzisse seu modo de vida) acabaram por terminar em favelas

e sem fonte de renda, ou seja: novos desempregados. Dessa forma o PGC acabou prejudicando a parte da população que mais precisava de auxílio do governo.

Outro grande projeto que vale ser lembrado é o Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, inaugurado em julho de 1984 e atualmente composto pelas empresas: Alcoa, BHP Billiton e RioTintoAlcan; esse projeto sofreu também resistência local pelos ambientalistas que discordavam de suas instalação dentro da ilha de São Luís devido aos impactos ambientais. Mas isso não impediu o governo de incentivar e até subsidiar a instalação do projeto com isenções fiscais. Como já vimos, abrir o mercado local para o capital internacional era uma das principais medidas do governo estadual e federal como forma de incentivar o crescimento da economia, mesmo após o fim do milagre econômico.

Em suma: na década de 1980 “[...] a produção industrial no Estado do Maranhão, uma vez esgotado o impulso da instalação dos projetos da área de mineração e não ferrosos, evoluiu a 2,1% ao ano, um padrão de estagnação” (HOLANDA, 2008, p. 15). O setor que ainda tinha um crescimento maior era o de serviços e Construção Civil, mas nada que se revertesse em grandes benefícios diretos às populações mais carentes.

Este trabalho não pretende personificar a história política do Estado do Maranhão em apenas uma pessoa, porém compreender a ascensão política de José Sarney se faz necessária para analisar o desenvolvimento político estadual, e, por vezes, nacional, nos últimos 50 anos.

Caminhando sob o projeto “Maranhão Novo” no qual prometia renovar a política maranhense superando o Vitorinismo<sup>2</sup> e as ideias de atraso que a cultura coronelística do Vitorinismo possuía, José Sarney se elegeu governador em 1966. Essa eleição não marcou o fim da influência de Vitorino Freire, apenas a vitória das oposições para governador. Cumpre ressaltar que autores como Costa (2015), acredita que o discurso modernizante e seus primeiros indícios de aplicação ocorreram antes das oposições elegerem José Sarney governador. Sobre essa “transição oligárquica”, Barbosa (2003, p. 3-4) explica:

É importante destacar que a consolidação do projeto político de José Sarney foi marcada por intensos conflitos entre a oligarquia decadente (o vitorinismo) e a oligarquia ascendente (sarneísmo). Esses conflitos perpassaram, sobretudo, os governos de Pedro Neiva de Santana (1970-1974) e Nunes Freires (1975-1978), que fora nomeado por influência direta de Vitorino Freire junto ao general Geisel. Esse fato indicava uma crise intraoligárquica, com as frações vitorinistas e sarneistas disputando o comando político do estado.

Costa (2015) afirma que, com a implantação do bipartidarismo (Aliança

---

<sup>2</sup> Vitorinismo: Nome que denomina um grupo político oligárquico em período que vai de 1946 a 1965 em que o poder estadual era exercido de forma hegemônica por Vitorino Freire e seus aliados no Maranhão (COSTA, 2015).

Renovadora Nacional – ARENA x Movimento Democrático Brasileiro – MDB) no Brasil, essa política refletiu-se e causou no Maranhão um ‘balaio de gato’, pois aglutinou em um mesmo partido o grupo o sarneísta e o vitorinismo.

As propostas modernizantes defendidas pelo sarneísmo desde os dias de sua eleição para governador podem ser observadas até poucos anos atrás com novos nomes e novas promessas: na década de noventa, revestida em um ‘Novo Tempo’ (nome da coligação que elegeu Roseana Sarney para governadora); o infame ‘De volta ao trabalho’ em 2009 quando, Jackson Lago um dos poucos governadores eleitos pela oposição, após o início do sarneísmo, foi cassado via judicial e em seu lugar assumiu Roseana Sarney (Figura 1), que prometeu a construção da gigantesca refinaria Premium I no município de Bacabeira e a modernização da infraestrutura viária da capital São Luís; e “Pra frente Maranhão”, em 2014, esta última na qual Lobão Filho representou o candidato do grupo Sarney a governador e perdeu as eleições para Flavio Dino, candidato que reuniu a maior parte da oposição.

Figura 1 – De volta ao trabalho: placa de boas vindas para Roseana Sarney após a cassação do governador Jackson Lago em 2009.



Fonte: Revista Veja (2009, p. 82-83).

De acordo com Costa (2015) a ARENA era hegemônica no Maranhão, visto que os políticos locais tinham “uma vocação governista” já que o governo poderia ser generoso com seus aliados. Essa hegemonia ficou evidente no período de 1966 a 1978, pois a ARENA elegeu todos os senadores e maioria absoluta dos deputados estaduais e federais. Nesse contexto, o principal embate político que se dava no Maranhão ao contrário do que ocorria nacionalmente (ARENA x MDB) se dava dentro da própria ARENA, e era travado entre o

grupo Sarneísta *versus* o grupo Vitorinista.

A partir das eleições municipais de 1976 o grupo Sarney conseguiu sair vitorioso nas principais cidades do Estado, em 1978 com sua rede de contatos já bem consolidada conseguiu a indicação de João Castelo para governador do Maranhão e, no ano seguinte, assumiu a presidência da ARENA. Nesse mesmo ano se tornaria presidente do PDS (antigo ARENA). Segundo Costa (2015) a partir da eleição de 1978 pode-se dizer que a eleição indireta de João Castelo para o governo estadual significou a vitória do grupo Sarney sobre os seus adversários políticos dentro da ARENA.

Nos anos 80 podemos destacar a reforma partidária no Maranhão, sobre tal tema estão enumerados abaixo as principais informações desses novos partidos e suas redes de apoio no Maranhão:

- a) PDS – partido político herdeiro da ARENA estava organizado ao redor de José Sarney e João Castelo;
- b) PMDB – reuniu boa parte do ex-MDB e nomes proeminentes como Epiácio Cafeteira, Haroldo Saboia e Renato Archer;
- c) PDT – Agrupava-se ao redor do dep. Jackson Lago (ex-MDB) e Neiva Moreira e possuía também apoio de lideranças estudantis e outros movimentos democráticos;
- d) PT – reunia o grupo do dep. Freitas Diniz e tinha sua base no movimento estudantil e em alguns setores da Igreja Católica;
- e) PTB.

Nas eleições de 1982 o PDS ainda manteve sua hegemonia no Estado, elegeu o governador Luis Rocha, o senador João Castelo, 124 dos 130 prefeitos e a maioria esmagadora de deputados estaduais e federais.

Apesar de suas práticas clientelistas que lhe garantiam uma ampla rede de contatos, o “sarneísmo” se caracterizou por sucessivas dissidências, desde o seu surgimento, em razão das contínuas tentativas de seus aliados de se insubordinarem ao próprio poder do grupo nos processos políticos locais (GUILHON, 1996), inclusive foi em uma dessas dissidências que João Castelo rompeu com o grupo e lançou sua esposa Gardênia Gonçalves a candidata a prefeita de São Luís, sendo ela eleita prefeita, em 1985. Ainda em 1984 Castelo e Sarney travaram uma batalha política expressiva na política local durante a campanha da eleição presidencial de 1985, em que Tancredo Neves foi eleito presidente e Sarney vice. Essa

eleição terá seus pormenores discutidos no segundo capítulo deste trabalho.

### 2.3.2 Maranhão rural

No campo a chamada “Lei das terras” propiciou além da concentração de terras nas mãos de poucos, a grilagem, desta forma favorecendo a migração campo-cidade e o surgimento de favelas. Sobre essa política de terras Silva (2001, p. 10) afirma:

A política adotada pelos governos federal e estadual contribuiu para o acirramento dos conflitos no campo, na medida em que grandes extensões de terras foram griladas, e os fazendeiros optaram por plantar capim para a criação de gado, provocando o aumento do número de famílias expulsas do campo e a concentração de terras. Além disso, a economia do gado inaugurou uma nova forma de inserção do Maranhão no sistema nacional de trocas. O fato de o gado maranhense ter sido comercializado para o abate em outras regiões não permitiu a criação de nenhum investimento que absorvesse as pessoas expulsas do campo que, nesse momento, migravam para as principais cidades do estado, como São Luís e Imperatriz.

Ainda sobre a “Lei das Terras” a população rural não se resumia à passividade. Segundo Costa (2015), a resposta dos trabalhadores rurais à grilagem e ao latifúndio se dava através do aumento das mobilizações, organizadas por sindicatos e oposições sindicais, além das entidades gerais, como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA.

### 2.3.3 O movimento estudantil

O movimento estudantil em fins da década de 70 e início de 80, “[...] conquistou grande projeção em São Luís devido a sua capacidade mobilizadora, intensidade e a visibilidade de suas ações” (BORGES, 2006, p. 2). O movimento atuava basicamente na Fundação Universidade do Maranhão – FUM (hoje UFMA) e na Federação das escolas superiores – FESM (hoje UEMA)

Em fins da década de 70, como já foi discorrido, os movimentos sociais ganharam mais fôlego no Brasil e aqui, no Maranhão, não foi diferente. Para Borges (2006), o movimento estudantil local já dava claros sinais de interesses por uma atuação independente, já que o governo tutelava as entidades estudantis e sindicais. Além desse ‘controle’ o movimento local sofria com outra barreira: a dispersão geográfica. Diferente do que é hoje a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, na época ela era ramificada em varias faculdades dispersas geograficamente, ou seja: uma barreira a mais para que a comunidade

estudantil disseminasse suas ideias.

A reorganização do movimento estudantil local pode ser percebido nos atos como a campanha pela meia passagem, no ano de 1979. No entanto, vale lembrar que a meia passagem já era pauta dos estudantes desde 77. Segundo Borges (2006), no dia 17 de setembro de 1979, aproximadamente 15 mil pessoas, em sua maioria estudantes universitários e secundaristas, lotavam a Praça Deodoro em um dos principais atos do movimento que ficou conhecido como Greve da Meia Passagem e que não se restringiu apenas a essa manifestação.

No dia 22 de setembro já tendo sua imagem bastante desgastada pelo uso excessivo da violência policial contra os estudantes da greve da meia passagem, o governador João Castelo autorizou o Prefeito a reimplantar a meia passagem, mas foi somente no dia 28 do mesmo mês que a lei autorizando o benefício aos estudantes foi aprovada. O movimento estudantil foi considerado vitorioso após muita repressão do governo.

Cumprido salientar algumas características de parte da população maranhense em relação à ditadura militar. Pelo menos nos primeiros anos de regime militar, a ditadura gozou de certa popularidade no Maranhão por favorecer a ascensão ao poder estadual da “oligarquia ascendente”, aglutinada ao redor de Jose Sarney e vista como a melhor opção para superar a oligarquia vitorinista. Outro ponto que favoreceu o regime militar no Maranhão se refere à política de investimentos no Estado e a instalação de grandes empreendimentos que, em tese, seriam a solução para a pobreza no Estado.

#### 2.3.4 Os meios de comunicação no Maranhão

Os pesquisadores que estudam os meios de Comunicação no Brasil já conhecem o histórico relacionamento que o governo tem com empresários do ramo. No Maranhão não era diferente. Durante o período que antecedeu as eleições dois jornais no Maranhão tinham clara tendência ao regime militar: o primeiro, *O Jornal de Hoje*, que futuramente viria apoiar a campanha de Paulo Maluf no Estado Maranhão e o segundo o jornal, *O Estado do Maranhão*, que futuramente teria seu apoio migrando do regime militar para a Aliança Democrática de Tancredo e Sarney, na campanha de 1984/85.

Sobre essa proximidade do Estado com os meios de comunicação Liedtke (2007, p. 1-2) afirma:

As organizações de mídia no país desenvolveram-se a partir de intimidades com o poder, onde as políticas públicas de comunicação e a distribuição de concessões de rádio e televisão foram utilizadas com critérios políticos, restringindo a participação da sociedade civil. Isto somado a crescente desregulamentação do setor, seguindo a tendência internacional do neoliberalismo, proporcionou uma concentração de propriedade sobre meios de comunicação, limitando uma efetiva democratização da comunicação no território nacional. Mostramos ainda como o Estado consolidou-se como um dos principais anunciantes do mercado publicitário, fortalecendo financeiramente os grupos de mídia no Brasil.

Conforme ainda Liedtke (2007), o perfil da política no Brasil em relação às comunicações pode ser caracterizado pela desregulamentação e pela omissão do estado, tais características favoreceram a concentração da radiodifusão e da imprensa nas mãos de grupo familiares, estando esses grupos algumas vezes vinculados às elites políticas regionais e locais. Desta estreita relação entre Estado e meios de Comunicação quem mais saiu e sai prejudicado é população, que fica de fora de uma participação direta na formulação de políticas públicas para o setor.

A legislação autoritária permitiu que o governo militar promovesse o desenvolvimento tecnológico nacional através da expansão das telecomunicações, área considerada estratégica para o controle político do país. Ao mesmo tempo, facultou a outorga de emissoras de rádio e televisão aos amigos do sistema. Com isto, os proprietários da mídia eram invariavelmente empresários vinculados ao governo ou políticos acostumados à prática do clientelismo. Não por acaso as emissoras são consideradas as principais armas eleitorais de um político (LIEDTKE, 2007, p. 5).

A relação promíscua de concessão dos meios de comunicação, em especial TVs e rádios e a ligação de jornais impressos com grupos ligados ao poder político se torna mais clara quando observamos que até a Constituinte de 1988 as empresas de rádio e televisão no Brasil operavam através da concessão de licenças que eram expedidas diretamente pela presidência da República. Boa parte das concessões se concentrou entre os governos de Juscelino Kubitschek e José Sarney. Sendo Sarney responsável pela imensa maioria das concessões, num total de 1028 outorgas de emissoras de rádio AM, FM e TV em UHF entre 1985 a 1988 sendo duas delas para seus familiares no Maranhão, enquanto que nos 21 anos de Regime Militar foram 1240 (LIEDTKE, 2007). Sobre a concessão de emissoras dada por Sarney aos seus próprios familiares Liedtke (2007, p. 440-441) afirma:

Quem articulou a distribuição de emissoras no período Sarney foi Antônio Carlos Magalhães, político que dispensa apresentação. É dele a famosa frase a seguir, cujo conteúdo é confirmado pela própria trajetória política do seu autor: "quem tem televisão, rádio e jornal, está sempre no poder". José Sarney defende tese semelhante. [...], Ou seja, os dois políticos oligárquicos em seus estados, Maranhão e Bahia, respectivamente, José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, afirmam fazer uso político da mídia para se manterem no poder.

Segundo Costa (2002), uma das estratégias de domínio político do grupo Sarney no Maranhão se dá através do Sistema Mirante de Comunicação que engloba várias rádios e canais de TV pelo estado e também um dos jornais de maior tiragem no Estado: o jornal impresso *O Estado do Maranhão*. É exatamente a cobertura da campanha eleitoral presidencial de 1985, feita pelo jornal *O Estado do Maranhão* que iremos focar nos próximos capítulos.

### 3 EMBATES NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1985 NO MARANHÃO

A partir do segundo semestre de 1984 no Maranhão, como no restante do Brasil, vivia-se uma efervescente campanha eleitoral presidencial. Após anos de regime militar dois civis concorriam à presidência da República. Não é surpresa que essa eleição aguçaria a demarcação de territórios por personagens, partidos e grupos políticos. O Maranhão estava dividido tanto pela campanha presidencial quanto pela disputa da hegemonia política local. Não é difícil distinguir que os grupos antagônicos que disputavam o poder político local se concentravam de um lado em José Sarney, dissidente e ex-presidente do PDS e agora concorria a vice-presidência na chapa de oposição ao candidato do regime militar; do outro lado estava João Castelo – ex-governador do Maranhão, senador e recém-rompido localmente com Sarney – que tentava fortalecer os deputados pedessistas maranhenses que se mantinham fieis e apoiavam o candidato do PDS Paulo Maluf para presidente.

Apesar dessa eleição ser decidida no colégio eleitoral, sem o voto popular, a população não se matinha à margem da eleição. Inúmeros comícios ocorriam no Maranhão e no restante do Brasil. Esses embates também podiam ser visto nas páginas de dois jornais locais, são eles: *O Estado do Maranhão* e o *Jornal de Hoje*, respectivamente, Tancredista e Malufista. De propriedade da família Sarney e João Castelo, nessa ordem. Logo, não há dúvida de que ambos os jornais trabalharam por seus candidatos fervorosamente como veremos adiante, pelo menos em *O Estado do Maranhão*.

#### 3.1 Primeiros apontamentos

Desde as últimas décadas do século XX observou-se a existência de um debate sobre o uso de jornais como fonte de pesquisa histórica, até então vistos apenas como representantes de ideologias e interesses políticos, evitava-se sua utilização como objeto único de pesquisa histórica (DE LUCCA, 2011). De acordo com De Lucca (2011) até pouco tempo, por volta de meados de 1970, ainda que já se conhecesse a importância dos estudos que levavam em consideração os jornais como fonte histórica, ainda se percebia uma relutância quanto ao seu uso na pesquisa histórica. Nesse contexto De Lucca (2011, p. 111-112) deixa claro o motivo da relutância no uso dos jornais como fonte histórica no trecho a seguir:

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de

permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

Sobre essa subjetividade podemos destacar o papel do jornalista na hora de escrever o ocorrido, a subjetividade do homem de imprensa se manifesta porque ele não escreve o que aconteceu, mas aquilo que entende que aconteceu. Entre o que aconteceu de fato e o que se tem conhecimento e se relata em um jornal sobre o fato, há um longo caminho.

Conforme De Lucca (2011), cabe a nós, historiadores, dispormos das ferramentas oriundas da análise do discurso para problematizar o que estiver entre a narração do acontecimento e o próprio ocorrido. Além disso, identificar o grupo responsável pelo impresso é fundamental para sua análise, bem como suas ligações com os poderes políticos e financeiros do seu contexto.

No Maranhão, como também no restante do Brasil, era, e ainda é comum, a posse de jornais e emissores de rádio e TV nas mãos de políticos. No caso do *O Estado do Maranhão*, suas ações estão diluídas entre os integrantes da família Sarney. Liedtke (2007, p. 440-441), citando uma entrevista de José Sarney, preleciona que

Indagado por Sergio Lirio em reportagem da revista Carta Capital sobre a oligarquia que a família mantém no Maranhão, ele diz que seus familiares são todos de classe média. [...] pois ‘a única participação em empresas é relativa à atividade política: jornal, rádio e televisão’. Acrescenta que isto ‘é por motivos políticos. Se não fossemos políticos, não teríamos necessidade de ter meios de comunicação’.

Dessa forma, ainda que tal entrevista tenha sido dada posteriormente ao período estudado, seria inocente de nossa parte acreditar que tal prática seja recente e que o jornal *O Estado do Maranhão* não tenha atuado como uma espécie de cabo eleitoral na campanha de 1985. Nessa campanha, principalmente, quando abrimos as páginas do jornal em 1984/85, o tema eleições era abordado da capa à coluna social, na qual o colunista Pergentino Holanda usava seu espaço para alfinetar políticos opositores locais.

No campo teórico a história política tradicional sofreu um desprestígio concomitantemente à afirmação da Escola dos Annales no início do século XX, o que ocasionou um progressivo declínio de produção de trabalhos sobre história política. Primeiramente pela crítica a História Política tradicional que se preocupava muito mais com a história dos grandes reis em detrimento da história do reino. Em segundo lugar por causa do leque temático introduzido no campo histórico pela Escola dos Annales (FERREIRA, 2003).

Em *Por uma História Política*, Rémond (2003, p. 6) “[...] rebate as antigas acusações de que a história só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas”.

Rémond (2003) resgatou um estudo histórico sobre a política que agora voltava-se a formação dos estados nacionais, suas lutas internas por unidade ou emancipação, questões advindas da democracia, lutas partidárias, confrontos ideológicos e eleições. Opondo-se dessa forma ao estudo tradicional de história política que concentrava seu estudo nos feitos da personalidade do monarca.

Nessa linha de pensamento e a respeito da relação entre política e fontes impressas, De Lucca (2011, p. 128) afirma que “[...] as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderia dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”.

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (DE LUCCA, 2011, p. 129).

Dito isto, não parece prudente rejeitar a ideia de que as eleições, em geral, nos últimos anos do Regime Militar serviram para reposicionamento espacial dos políticos e seus grupos nas suas bases eleitorais; o próprio Stepan (1987) menciona essa preocupação dos políticos já em 1982, durante o retorno das eleições diretas para governador (citado no capítulo anterior). Os próprios políticos admitiam também essas pretensões como veremos no terceiro capítulo, quando analisarmos as representações nas notícias que *O Estado do Maranhão* produziu durante a campanha eleitoral presidencial de 1985.

O dia 26 de outubro de 1984 marcou o início do recorte temporal que compreende a análise deste trabalho e que termina no dia 15 de Janeiro de 1985 (aproximadamente três meses depois), dia da eleição para presidente da república no colégio eleitoral. O dia 26 de outubro não marcou o início da pesquisa por mero acaso. Nesse dia estava estampado na capa do *O Estado do Maranhão* um imbróglio político dentro do próprio PDS maranhense na Assembleia Legislativa estadual: a escolha dos delegados para o colégio eleitoral. Esse celeuma causou uma indefinição, em princípio: quais seriam os deputados que iriam para o colégio eleitoral? E ao final se eles seriam aceitos na votação ou não. Haja vista que até uma semana antes da votação no colégio ainda não havia uma decisão quanto a esses deputados poderem participar do colégio eleitoral (CE).

Nesse sentido, o principal objetivo nesse primeiro momento serão as análises das representações feitas pelo jornal acerca de todo o imbróglio político que se estendeu durante

os três meses seguintes da campanha eleitoral. Conforme Chartier (2002, p. 66):

[...] as tentativas feitas para decifrar diferentemente as sociedades, penetrando o dédalo das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, obscuro ou maior, o relato de uma vida, uma rede de práticas específicas) e considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo.

Partindo do ponto que todo o conhecimento de um acontecimento é estruturado e produzindo pelas representações faremos uma leitura das práticas e representações feitas pelo jornal durante a campanha. Buscando encontrar de que forma e até onde esse impresso agiu em favor do então candidato a vice, José Sarney, já que esse periódico pertencia a sua família.

Dessa forma, entende-se representação como uma “[...] construção ou produção da realidade (de acontecimento, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidades e assim por diante por meio de representações)” (BURKE, 2008, p. 99) e não como um reflexo ou um conhecimento objetivo de um fato ocorrido.

### 3.2 A democracia sob assalto

“ISTO É UM ASSALTO!” Essa proposição em destaque estampava a capa do jornal O Estado do dia 26 de outubro de 1984 (Figura 2), um dia após o controverso processo de eleição dos delegados para o colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente do Brasil em janeiro de 1985.

Figura 2 – Isto é um Assalto



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (26/10/1984, capa).

A propósito, o colégio eleitoral consistia em uma prática do regime militar que lhe promovia ampla maioria no congresso. Nesta situação, ele era formado por todos senadores, deputados federais e mais seis delegados do partido majoritário de cada uma das 23 assembleias legislativas estaduais da época. Ou seja: além dos senadores e deputados federais, o Maranhão teria mais seis representantes com direito a voto na eleição presidencial, que, de acordo com as normas do CE, deveriam ser eleitos em cada assembleia estadual até outubro de 1984.

Assim, como em nível nacional, no Maranhão, o PDS estava bem dividido. Aqui no Maranhão essa divisão favorecia à manobras políticas feitas pelos grupos opostos na assembleia: de um lado Tancredistas (adeptos da candidatura de Tancredo Neves e filiados ao PDS no Maranhão) e do outro lado os Malufistas (adeptos da candidatura de Paulo Maluf e também membros do PDS no Maranhão). Do lado tancredista estava o governador do Maranhão (Luís Rocha), o prefeito de São Luís (Mauro Fecury), metade do PDS na assembleia, o próprio senador e candidato a vice pela Aliança Democrática, José Sarney e, claro, o jornal *O Estado do Maranhão*. Do lado Malufista estava o presidente da assembleia estadual (Celso Coutinho), a outra metade do PDS na assembleia, o senador e ex-governador João Castelo e o seu jornal impresso, o *Jornal de Hoje*.

Algumas figuras conhecidas da época como os deputados Edson Lobão e Epitácio Cafeteira, respectivamente, malufista e tancredista, apesar de suas posições proeminentes na política local, apenas mantinham essas posições devido a orientações partidário-ideológicas, porém não se encontravam no centro desse conflito local.

Evita-se falar da expressão oligarquia Sarney, devido às implicações que possui, por exemplo, o fato de uma parte considerável das personalidades políticas locais terem estado em algum momento da História ligado direta ou indiretamente ao grupo Sarney. Isto torna conflituosa, no mínimo, o uso desta nomenclatura. Utilizaremos “Sarneísmo”, pelo conceito trabalhado por Guilhon (1996), que entende o sarneísmo como corrente política e produto da Revolução de 1964. No entanto, nesse contexto analisado devemos estar ciente de que esse grupo político ligado a Sarney queria desvincular-se de qualquer ligação com o regime militar, já que, nas eleições de 1985, se apresentavam como alternativa política, sobretudo democrática, ao regime militar. Dessa forma o uso do termo sarneísmo poderia gerar uma interpretação equivocada ao leitor sem esse alerta.

O início do controverso processo de eleição dos delegados maranhenses para o CE começou três dias antes da eleição. No dia 23 de outubro, em uma sessão contestada pela falta

de quórum, o presidente da assembleia, Celso Coutinho, recebeu um comunicado assinado por 17 dos 33 deputados estaduais do PDS, na assembleia estadual, solicitando a troca do líder da bancada do PDS (Raimundo Leal -Tancredista por Julio Monteles -Malufista). Como novo líder da bancada do PDS, Monteles convocou a votação dos delegados para o dia 25 do mesmo mês.

Após essa sessão *O Estado do Maranhão* relatou que os pedessistas fiéis a Sarney (um total de 16) assinaram e lançaram uma nota pública na qual contestavam a validade da sessão, visto que, segundo eles, a sessão ocorrida feria o regimento interno da Assembleia por falta de quórum. Desta forma anunciavam que não reconheciam a validade da sessão. Os malufistas se defendiam afirmando que não houve deliberação na sessão, apenas um assunto interno partidário; portanto, não necessitando de quórum.

Contudo, o assalto estampado na capa do dia 26 de outubro não se referia a essa sessão: tratava-se da sessão ocorrida no dia 25 em que *O Estado do Maranhão* afirmava que as eleições ocorridas na assembleia foram realizadas em um clima de coação, pois, segundo o jornal, o prédio onde ficava situado a Assembleia estava repleto de agentes federais armados, inclusive com metralhadoras, não por acaso o subtítulo do jornal nesse dia foi “*Metralhadoras da PF garantem a fraude malufista*” com uma foto que se via um suposto agente da Polícia Federal (PF) armado na entrada da Assembleia.

Os deputados tancredistas alegaram haver um clima de coação policial na Assembleia, além disso, afirmaram que não possuíam cédulas de votação e que o acesso da população ao plenário deveria ser permitido. Como não foram atendidos, os dezesseis deputados tancredistas se retiraram do plenário da assembleia como tentativa de barrar a votação, porém não obtiveram êxito.

A leitura dos eventos e sessões plenárias narradas pelo *O Estado do Maranhão* não demonstram muita preocupação com imparcialidade. Ainda que não se alcance, não parecia haver menor preocupação com o decoro ao fazer proselitismo nas páginas do jornal em favor dos aliados. Em suma: as páginas do periódico não deixava espaços para as defesas dos malufistas. No entanto, o jornal precisava defender seus aliados de uma ou outra acusação que não poderia ser deixada passar sem uma defesa. Acusações estas feitas principalmente pelo *Jornal de Hoje* que matinha alinhamento com os malufistas. É com essas reportagens de defesa contidas em *O Estado do Maranhão* que podemos notar elementos da versão dos acontecimentos dos pedessistas fiéis ao PDS sobre alguns eventos.

A principal reportagem nesse sentido foi publicado no dia 30 de outubro. Intitulada “Acusação contra a polícia é infamante” (Figura 3) tinha como objetivo refutar a

defesa dos malufistas a respeito da presença da Polícia Federal na Assembleia durante a votação para os delegados do CE.

Basicamente, a reportagem tentou desconstruir as palavras do deputado Celso Coutinho presidente da Assembleia, que justificava a presença da Polícia Federal ocorrida na Assembleia Legislativa. Na defesa do secretário adjunto de segurança coronel Silva Junior, podemos perceber a rejeição de pelo menos duas acusações feitas pelo presidente da Assembleia. A primeira que a presença da PF se justificou pela ausência proposital da polícia militar por parte do governo do Estado no local da votação, visando causar desordem suficiente para impedir a votação e a segunda acusação do deputado Celso Coutinho seria que tal ausência da Polícia Militar (PM) ocorreu em toda a cidade, viabilizando um “quebra-quebra” na cidade, no intuito causar uma insegurança generalizada na cidade e, desta forma, tentar impedir a realização da eleição dos delegados.

Figura 3 – Acusação infamante



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (30/10/1984, p. 3).

O Coronel Silva Junior refutou essas ideias, pelo menos em parte, sobre a ausência da PM na Assembleia. O coronel disse que em um determinado momento ocorrido no aeroporto de São Luís ouviu do deputado federal Nagib Haickel (malufista) que “[...] no dia da votação para escolha dos deputados estaduais que irão participar do colégio eleitoral, ele, deputado Nagib, teria na frente da assembleia pelo menos cinquenta caboclos armados inclusive de metralhadoras” (*O Estado do Maranhão*, 30/10/1984, p. 3), desta forma,

continuou o coronel, ao reparar a ausência dos tais caboclos no dia da votação, através de seus observadores, e ser informado da chegada de alguns policiais federais, concluiu ele que esses seriam os tais “caboclos” e com o objetivo de evitar qualquer incidente entre as polícias e acreditando ele que a Polícia Federal faria um bom serviço de segurança na AL, o coronel sugeriu e foi acatado pelo secretário que a Polícia Militar não fosse enviada para a AL.

Sobre a segunda acusação dos malufistas, o secretário adjunto disse ter sido observado apenas um incidente com relação a eleições dos delegados e este incidente ocorreu justamente em frente à assembleia e que no restante da cidade a segurança se manteve dentro da normalidade.

Na primeira acusação cabe uma observação. Presume-se que a polícia tenha um papel preventivo na segurança, porém sua ausência na Assembleia no dia da votação seria no mínimo uma escolha equivocada, pois seria uma brecha para ação dos tais “caboclos”. A presença dos policiais federais só foi observada quando já se realizavam as primeiras atividades na Assembleia como a reportagem deixa claro; então, a justificativa do coronel Silva parece pouco plausível. No entanto, a ausência da PM não justifica policiais federais com metralhadoras na sede do poder legislativo estadual, principalmente em um momento como o de transição política que o Brasil vivia.

Em suma: se esse evento foi orquestrado e construído propositalmente pelos tancredistas do Maranhão ou não, o fato é que eles tiveram enorme conteúdo jornalístico para criar e disseminar uma ideia de insegurança política e jurídica nessa votação. E conseguiram causar uma enorme repercussão nacional, como veremos mais a frente.

### **3.3 A ‘operação’ racial**

No dia 01 de novembro uma reportagem do caderno alternativo chamava a atenção com algumas informações, assinada pelo colunista político Viegas Netto. A matéria que ocupou toda página nove do jornal daquele dia tentava explicar um suposto conluio local e nacionalmente envolvido que organizou a “Operação Maranhão”, assim batizada pelo jornal a “intervenção” da PF na Assembleia, ocorrida no dia da eleição dos delegados do Maranhão para o Colégio Eleitoral.

A reportagem iniciou-se mencionando que uma das motivações, para que a suposta operação fosse deflagrada no Maranhão, estava situada em um ressentimento do presidente João Figueiredo com o Senador José Sarney por sua mudança de posição política. Em outras palavras: Figueiredo não aceitava a troca de lado em que Sarney deixou a

presidência do PDS (partido do governo) para ser vice na chapa das oposições em 1985. De fato, Sarney era e ainda é até hoje um político de boa oratória e que reunia ao redor de si várias lideranças. Sua dissidência não foi solitária, pois levou consigo muitos políticos de peso, como discorrido no capítulo anterior, o que foi um duro golpe para o PDS.

Ainda sobre a “Operação Maranhão”, o colunista afirmou que essa operação foi organizada por Ibrahim Abi-Haickel (Ministro da Justiça), Nagib Haickel (Deputado Federal), Paulo Maluf e o senador maranhense João Castelo. Mas a informação que parece ser mais pertinente em toda essa história é que, independentemente de quem tenha feito ou se foi algo realmente orquestrado pelo Governo federal, o maior beneficiado de toda essa história foi a Aliança Democrática. Conseguiu transformar a derrota na eleição dos delegados estaduais em uma situação vergonhosa para os ‘vitoriosos’(Malufistas), pois os tancredistas defendiam que, da forma como foi feita, feria justamente o que mais se queria no momento no Brasil, a democracia.

Além disso uma das informações que nos enseja maior surpresa se refere ao projeto presidencial que, segundo o jornalista do *O Estado do Maranhão*, não era apenas de Paulo Maluf mas, sim, de um projeto presidencial das comunidades libanesas, árabe e síria. O trecho a seguir retirado do jornal esclarecer melhor:

O projeto presidencial do Sr. Maluf não é apenas dele: é da colônia árabe, síria e libanesa, confundidas sob a mesma designação, a ponto de ser chamada também de turca, quando desta nada tem. É uma reivindicação racial, destinada a transformar em capital simbólico – conforme destacara o Sr. Leôncio Martins Rodrigues, em recente estudo já publicado – o capital financeiro já conquistado. (*O ESTADO DO MARANHÃO*, 01/11/1984, p. 9).

Nesse trecho, mais importante do que a preocupação se o suposto conluio de fato existiu e/ou se a ‘Operação Maranhão’ foi previamente orquestrada pelo regime ou não. O mais importante é perceber que a construção dessa notícia se fez muito bem entrelaçada. Não há dúvidas da vida política ativa dos descendentes de origem árabe na política brasileira e até maranhense, isso é perceptível até hoje. Também não resta dúvida de que a PF esteve na eleição dos delegados do Maranhão. Numa leitura mais atenta, podemos perceber que o texto não apresentava nenhuma informação que ligasse ou provesse a existência de todo esse conluio étnico-racial, apenas sugeria uma conspiração com base em ‘ilhas de verdades’<sup>3</sup>, dessa forma fica mais fácil produzir um texto convincente para quem o ler.

---

<sup>3</sup>Ilhas de Verdade: trechos verídicos, mas que são verdades isoladas e que nesse contexto querem passar a ideia de veracidade de toda a reportagem, mas que por si só não provam a existência deste conluio racial até porque do lado tancredista também havia descendentes árabes.

Cumprir lembrar que o próprio jornal mencionava em vários momentos que o Paulo Maluf não era o candidato do PDS preferido do presidente Figueiredo. Dizia também que o presidente se manteve afastado da campanha eleitoral devido aos seus problemas de saúde. Assim, inseri-lo no conluio parece ir à contramão das notícias publicadas anteriormente pelo próprio jornal. Torna-se menos provável quando levamos em consideração uma das principais características do governo Figueiredo, segundo Skidmore (1988, p. 427) “[...] o governo Figueiredo tinha um problema político fundamental com a ARENA (agora PDS), que procurava desvincular-se de qualquer identificação com as políticas repressivas pós-1964”. Desta forma, seria pouco provável (mas não impossível) acreditar que, em um ato de simples mesquinhez, o presidente tenha autorizado tal intervenção, levando em consideração que seu governo foi marcado por evitar políticas repressivas.

### 3.4 Os delegados maranhenses no colégio eleitoral

No dia 4 de novembro de 1984, a edição especial do jornal *O Estado do Maranhão* foi publicado com nada menos que 88 páginas (Figura 4). O motivo de tantas páginas foi demonstrar a repercussão negativa nacionalmente sobre o ocorrido no dia 25 de outubro na AL. Em um suplemento especial do jornal, intitulado “*O dia da vergonha*”, estavam estampadas as capas dos principais jornais e revistas em circulação na época, alguns deles conhecidos nosso até hoje, como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Istoé*, *Correio Braziliense* entre outros.

Figura 4 – 88 páginas



Fonte: O Estado do Maranhão (04/11/1984, capa).

A partir de novembro até os últimos dias da campanha *O Estado do Maranhão* narrou em suas publicações uma série de reportagens controversas acerca do desenrolar jurídico da eleição ocorrida no dia 25. Isso porque os deputados pedessistas-tancredista entraram com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral - TRE buscando a nulidade da eleição dos delegados malufistas. Então, na capa do dia 28 de novembro o jornal publicou que o TRE maranhense havia anulado a eleição do dia 25 de outubro, entendendo que houve coação policial na ocasião e faltou a cabine de votação e cédula eleitoral, como alegaram os pedessistas tancredistas.

Contudo, antes da anulação dessa eleição, o periódico já havia mencionado uma reviravolta na Assembleia iniciada no dia 13 de novembro. Segundo o jornal, o deputado Davi Alves Silva (malufista) pediu licença médica por 125 dias e, no dia 20, a mesa diretora aprovou a licença, convocando para substituir o deputado Davi Alves o suplente Riod Ayoub (tancredista). Dessa forma a maioria do PDS na AL maranhense passou a ser tancredista e, utilizando-se dessa prerrogativa, os tancredistas indicaram novo líder da bancada, substituindo Julio Monteles (malufista) por Raimundo Leal (tancredista).

Após a nulidade decretada pelo TRE os malufistas do PDS na AL entraram com vários pedidos no Tribunal Superior Eleitoral - TSE questionando a competência do TRE para julgar o processo de escolha dos delegados do CE, porém não obtiveram logro. Desta forma ficou valendo a decisão do TRE.

Então, no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, em uma nova reunião, segundo noticiou *O Estado do Maranhão*, participaram apenas os 17 deputados pedessistas da AL que apoiavam Tancredo Neves e Sarney. Foram eleitos os novos delegados: Marconi Caldas, Edivaldo Holanda, Eduardo Matias, Manuel Oliveira, Raimundo Leal e José Elouf. E como suplentes Carlos Melo e Pontes Aguiar.

No entanto, o imbróglio ainda não estava ganho. A lei que regulamentava o Colégio Eleitoral determinava que as eleições para delegados deveriam ser realizadas até outubro e a homologação dos delegados eleitos deveria ser realizada pela mesa diretora do Senado dos até 5 de dezembro de 1984. Devido a esse vazio jurídico, não previsto na lei do colégio eleitoral, que se deu pela eleição dos novos delegados maranhenses fora do prazo estabelecido, até o dia 11 de janeiro, quatro dias antes da votação no CE, a mesa diretora do Senado ainda não havia homologado os delegados maranhenses, haja vista que o prazo era até o dia 5 de dezembro. A mesa diretora do Senado esperou que essa situação fosse decidida pelo TSE, mas, devido ao recesso natalino, o TSE não deu nenhum parecer até a data do CE.

Somente no dia 14 de janeiro de 1985, a mesa do Senado, observando então que não haveria julgamento pelo TSE que estava de recesso, decidiu votar se homologaria os novos delegados maranhenses ou não. O resultado deu empate e sobrou para o presidente da mesa do Senado desempatar, decidindo então seguir o entendimento do TRE maranhense, tornando válidos a eleição e os votos dos novos delegados maranhenses.

## 4 A CAMPANHA DE CONVENCIMENTO NAS NOTÍCIAS

Neste capítulo o foco ficará em torno de dois tópicos: o primeiro – que servirá de base para segundo – é a respeito da ideia de notícia, o que é, como se constrói, qual seu objetivo e os cuidados que devemos ter com ela; o segundo é apontar os elementos das notícias que favoreciam às imagens dos políticos e aliados do Senador José Sarney durante a campanha presidencial de 1984-85. Esses elementos formavam o que é chamado nesse trabalho de ‘campanha de convencimento’.

Basicamente essa campanha consistia na utilização da cobertura jornalística do *O Estado do Maranhão* durante a campanha presidencial, como meio propagandista que ‘apresentava’ os tancredistas maranhenses aos leitores do jornal como políticos ideais para essa transição na história brasileira, a redemocratização.

### 4.1 A construção da notícia

Em primeiro lugar precisamos entender o que é a notícia. Para Alsina (2009, p. 297) “[...] precisamos levar em conta que não existe um conceito universal de notícia”. Porém, podemos caracteriza-la da seguinte forma:

O que quer dizer ‘um fato verdadeiro’? Em primeiro lugar, a notícia não é um fato, e sim basicamente, a narração de um fato. Em segundo lugar, a veracidade da notícia é um tema absolutamente questionável. Existem notícias falsas e nem por isso deixam de ser notícias. O conceito de notícia, não leva implícito o conceito de verdade (ALSINA, 2009, p. 296).

Sendo assim, fica claro o cuidado ao manusearmos o fato narrado pela notícia, evitando tomá-lo como narração da verdade. Além desse questionamento sobre a veracidade da notícia, temos também a subjetividade do jornalista que faz uma prévia análise do acontecimento para saber se isso pode tornar-se uma notícia; nessa pré-análise entra os interesses dos leitores desse jornalista, do seu chefe, do material disponível para fazê-la e por fim se merece ser uma notícia.

Algumas observações e alertas se fazem necessárias antes de adentrarmos temas como o da relação imprensa e política.

Uma das primeiras observações é que devemos ter ciência de que o jornalista nem sempre pode falar tudo o que pensar; parte do seu trabalho consiste em se calar também; outro aspecto muito importante é que o interesse do patrão pode ser muito mais importante que os

interesses dos leitores nesse meio (AMARAL, 1978). Além disso, “[...] a reportagem é representação de um fato ou acontecimento enriquecida pela capacidade intelectual, observação atenta, sensibilidade, criatividade e narração fluente do autor” (AMARAL, 1978, p. 133). Dessa forma rechaça-se toda a ideia de informação objetiva e imparcial que alguns meios de comunicação tentam passar do seu trabalho.

Ciente desses alertas e observações, e tomando como base os conceitos apresentados por De Lucca (2011) a respeito do uso de jornais na pesquisa histórica, tomamos de empréstimo a defesa do uso de jornais como fonte de pesquisa histórica que Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado fazem em suas dissertações que originaram o livro intitulado *O bravo matutino* que utilizou o jornal *O Estado de S. Paulo* como objeto único de análise para sua investigação. Segundo elas:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980 apud DE LUCCA, 2011, p. 118).

Nesse sentido, os jornalistas, como escritores, têm em suas linhas toda uma panóplia de técnicas (CHARTIER, 2001) que envolvem seu trabalho, que são construídas por influências externas como a influência governamental, influência dos compradores de publicidade do jornal até os fatores internos do jornal como linha editorial e interesses políticos dos proprietários (ALSINA, 2009). Soma-se a isso a subjetividade da cada jornalista e, não menos importante, o significado que o leitor dará para tudo isso que lhe é apresentado. Dessa forma, teremos ao final um produto (informação) totalmente transformado. Portanto, temos um objeto de estudo em transformação constante desde o primeiro momento quando ocorre até o momento em que é absorvido por um indivíduo. Pelo menos para este estudo, mas sabemos ser possível fazermos releituras de algo já aprendido; desta forma, o conhecimento sobre algo estaria em constante transformação em um indivíduo.

Ainda sobre o leitor, assim como o jornalista, o leitor já tem sua carga de conhecimento que norteará sua leitura, como sua visão política<sup>4</sup> e interesses pessoais, principalmente, pois o leitor só irá ler o que lhe interessar obviamente. Não necessariamente o que esteja de acordo com o que ele pense, mas que pelo menos que seja algo que lhe desperte o interesse.

---

<sup>4</sup> Naturalmente, sua ideologia, pois não há discurso neutro.

Nessa relação entre autor/leitor Chartier (2001, p. 96-97) afirma:

Podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que o autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor o seu sentido. Elas repousam em uma dupla estratégia de escrita: inscrever no texto as convenções, sociais ou literárias, que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão de empregar toda uma panóplia de técnicas, narrativas ou poéticas, que como uma maquinaria, deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura.

Essa prática que norteia a leitura daquilo que é apresentado ao leitor irá variar conforme o tempo e o espaço em que ele está inserido, bem como tem o poder de fazer releituras daquilo que já foi apreendido sobre algo. “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados” (CHARTIER, 1999, p. 77). Mas, ainda que exista essa ‘liberdade de pensamento’, ela nunca é absoluta. E varia conforme o que se lê, seja um livro ou seja um texto jornalístico ou ainda um texto eletrônico. No entanto, não devemos esquecer que essas senhas que Chartier (2002, p. 71) menciona “[...] contribuem plenamente para modelar as antecipações do leitor face ao texto”.

## **4.2 A campanha de convencimento**

Nesse período durante a campanha presidencial de 1984-85, os principais políticos, que se beneficiavam do que chamamos de campanha de convencimento, eram, principalmente, o próprio José Sarney e depois dele o prefeito de São Luís e o governador do Maranhão, Mauro Fecury e Luís Rocha, respectivamente. As reportagens noticiavam desde repressões financeiras sofridas pela prefeitura e estado até desqualificações pessoais contra os opositores de Sarney no estado, principalmente, contra o senador pedessista João Castelo, líder da oposição contra Sarney no Maranhão.

### **4.2.1 A coluna social**

O jornal não limitava sua campanha de convencimento apenas às colunas políticas e econômicas, ela estava presente também no caderno alternativo e na coluna social, demonstrando assim, o objetivo do jornal em atingir seus diferentes tipos de leitor. Essa ideia de diferenciação do público leitor se torna mais clara quando tomamos como referência a seguinte explicação de Chartier (2001, p. 235):

[...] a separação em parágrafos podia ser muito reveladora da intenção de difusão, por exemplo; um texto de longos parágrafos endereça-se a um público mais selecionado que um texto separado em parágrafos pequenos. Isto repousa sobre a hipótese de um público mais popular demandará um discurso mais descontinuo, etc. Assim, a oposição entre o longo e o curto, que pode manifestar-se de múltiplas formas, é uma indicação sobre o público visado [...].

Essa distinção mencionada acima parece se encaixar muito bem na estrutura do próprio jornal que reserva para sua coluna política análises mais profundas e extensas e por outro lado, orações simples e rápidas em sua coluna social. Por exemplo, em *O Estado do Maranhão* a função de escrever a coluna social ficava e até hoje fica a cargo do colunista social Pergentino Holanda ou apenas PH. Ele era responsável em tornar os temas políticos mais palatáveis para os leitores mais ‘desatentos’ em relação às questões políticas no jornal. Entre alfinetadas contra os opositores e louvações de ações dos aliados, na coluna social era possível encontrar elogios a uma líder juvenil e atuante na política, chamada Roseana Sarney; aliás dando como certo a vitória de Tancredo e Sarney, o colunista escrevia palpites sobre qual decoração o Palácio do Jaburu deveria ter e até quem seria o novo decorador (Figura 5).

Figura 5 – Coluna do PH



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (21/12/1984, p. 13).

#### 4.2.2 As capas: a oposição como vítima

Apesar de ainda não ter se candidatado a cargo eletivo, até então, Roseana e seu irmão Sarney Filho (esse já deputado) apareciam no jornal frequentemente nomeados como líderes da juventude brasileira pró-Democracia (Figura 6). Se não eram, assim o jornal fazia parecer. Podemos então incluí-los também na lista dos beneficiados pela campanha de convencimento.

Figura 6 – Aracaju ovaciona Tancredo e Sarney



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (16/12/1984, capa).

Outra reportagem que era muito comum e sempre apresentada como matérias de capa eram as supostas ações do governo federal para prejudicar o prefeito de São Luís e o governador do Maranhão, tendo em vista que eles eram publicamente ‘rebeldes’, pois, mesmo sendo pedessistas, eram publicamente adeptos da candidatura oposicionista de Tancredo Neves à presidência da República. Nesse tipo de reportagem é nítido e evidente o objetivo do jornal em orientar a opinião pública contra o PDS e suas possíveis retaliações que afetavam a população maranhense.

Nesse sentido, era comum encontrar capas com títulos como “Banco Central suspende verbas” (02/11/1984), “Governo Federal bloqueia recursos para Promorar”

(02/12/84 – Figura 7), “Crise na Prefeitura: Governo Federal prejudica funcionários” (23/11/84 – Figura 8), “Estado vai pagar seus servidores” (06/12/84), isso para mencionar apenas as matérias de capa do jornal. A principal justificativa apresentada pelo jornal para o que eles definiam como retaliações do Governo federal; era uma represália comandada pelos pedessistas maranhenses fiéis à candidatura de Paulo Maluf e com influência em Brasília, liderados pelo senador João Castelo.

Essas capas do *O Estado do Maranhão* mais do que denunciar possíveis e até prováveis retaliações do governo federal contra seus opositores no Maranhão, são exemplos práticos daquilo que Liedtke (2007) chamou no primeiro capítulo de armas eleitorais e instrumentos de manutenção de poder político, neste caso, como instrumento que inocenta o prefeito e o governador de possíveis culpas.

Enquanto países como Estados Unidos, França e Reino Unido adotaram práticas para garantir uma pluralidade mínima na concentração dos meios de comunicação do uso dos meios de comunicação, o Brasil foi na contramão, criando uma espécie de “coronelismo eletrônico” (MARTINS; DE LUCCA, 2008). A concentração dos meios de comunicação eletrônicos só foi uma continuidade do que já acontecia com os impressos, conforme Martins e De Lucca (2008, p. 272):

Desde os anos 1970, dez grupos familiares praticamente detinham o monopólio da grande mídia brasileira: Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Levy (Gazeta Mercantil), Frias (Grupo Folha), Marinho (Organizações Globo), Civita (Abril), Bloch (Manchete), Sirotsky (Rede Brasil Sul), Saad (Rede Bandeirantes) e Abravanel (SBT).

Como já foi discorrido no primeiro capítulo, nesse período o regime militar utilizava-se de maciços investimentos públicos, como infraestrutura, para tentar dinamizar a economia do país. Em São Luís e área metropolitana diversos conjuntos habitacionais estavam em curso ou tinham sido entregues recentemente, como o Maiobão e Conjunto Ipem Bequimão (Entregues) e os em cursos, Promorar (Liberdade) e Cidade Operária no bairro de mesmo nome. Como sabemos, não é de hoje o déficit habitacional no Brasil. Entre os anos de 1970 e 1991 a população de São Luís mais que dobrou e a necessidade de moradias para habitação junto com déficit habitacional cresceu junto. A título de conhecimento a população de São Luís em 1970 era de 265.486 mil habitantes, já no censo do IBGE de 1991 era de 696.371 mil habitantes (IBGE, 1991).

Após observarmos essas informações percebemos que essa nova população urbana necessitava de habitação e o governo, tentando manter a economia aquecida através

também da Construção Civil, financiava grandes conjuntos habitacionais em São Luís como o da Cidade Operária e Promorar. A estratégia do jornal O Estado estava justamente em desqualificar os malufistas locais, culpando-os pela corte de verbas desses financiamentos, frequentemente noticiando que as obras estavam paradas por corte de recursos.

Figura 7 – Governo Federal bloqueia recursos para o Promorar



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (02/12/1984, capa).

Nessa situação a campanha de convencimento não tinha apenas como objetivo sugerir para a população que esses políticos – os malufistas maranhenses – estavam contra o Maranhão, mais também desqualificá-los para as futuras eleições diretas, ligando-os à práticas antidemocráticas e autoritárias, justamente o que se buscava superar com a eleição de um presidente civil depois de 21 anos de regime militar. Dessa forma, Sarney e seus aliados Mauro Fecury e Luís Rocha eram apresentados pelo jornal tão vítimas como o restante da população e, principalmente, aliados da população nesse momento.

A mesma estratégia era utilizada em reportagens que tratavam da diminuição do fundo de participação estadual e municipal nas capas do jornal com as seguintes notícias: “Crise na Prefeitura: Governo Federal prejudica funcionários” (23/11/84), “Estado vai pagar seus servidores” (06/12/1984); a justificativa adotada pela prefeitura e estado para justificar a dificuldade em pagar o funcionalismo público, pelo menos nas páginas do jornal, era o de debitar a culpa ao governo federal que retaliava São Luís e o Maranhão por suas posições políticas, ou melhor: pelas posições políticas do prefeito e do governador.

Figura 8 – Crise na Prefeitura



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (23/11/1984, capa).

#### 4.2.3 O caderno alternativo: a arte na/da política

Outra forma adotada pelo jornal em sua campanha de convencimento como mecanismo de persuasão e convencimento, inclusive adotado até hoje em campanhas políticas, foi utilizar-se de pensadores e artistas como defensores da causa democrática. Parece claro que a campanha de convencimento não tinha como objetivo principal debater a volta da Democracia, mas mostrar quem eram os representantes dela no Maranhão. Isso fica claro quando observamos nas reportagens anteriores, quando os aliados de Sarney (leia-se o prefeito de São Luís e o governador do Maranhão) eram representados no jornal como tão vítimas do autoritarismo do regime militar como a população, desta forma tentando criar uma relação de proximidade da população com esses políticos.

Na edição do jornal de 11 de novembro de 1984 (Figura 9) temos na capa do caderno alternativo uma engajada defesa de Alcione Nazareth pela chapa Tancredo-Sarney, defendida como melhor opção por ela como a melhor solução para a redemocratização. Na reportagem a cantora assumiu que sua passagem pelo Maranhão nesse período tinha como objetivo apoiar a população maranhense contra as práticas antidemocráticas ocorridas no dia 25 de outubro de 1984 na Assembleia Legislativa do Maranhão.

Ao contrário de hoje os comícios regados a shows de artistas eram permitidos; nessa reportagem a própria Alcione mencionou sua presença para uma apresentação em um comício de São Luís. Dessa forma podemos perceber o papel do comício em levar a campanha de convencimento para além dos leitores do jornal, mais também às pessoas que não tinham acesso direto ao periódico.

Figura 9 – Tem que clarear



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (11/11/1984, p. 9).

Uma semana após Alcione estampar a capa do caderno alternativo defendendo a chapa da Frente Liberal, foi a vez de Jorge Amado estampar a capa do mesmo caderno (Figura 10) defendendo de forma mais política a necessidade de uma redemocratização no Brasil e sua importância na América Latina. Evidentemente, sem deixar de mencionar quais políticos que para ele deveriam fazer essa transição.

Figura 10 – Jorge Amado e o governo Tancredo-Sarney



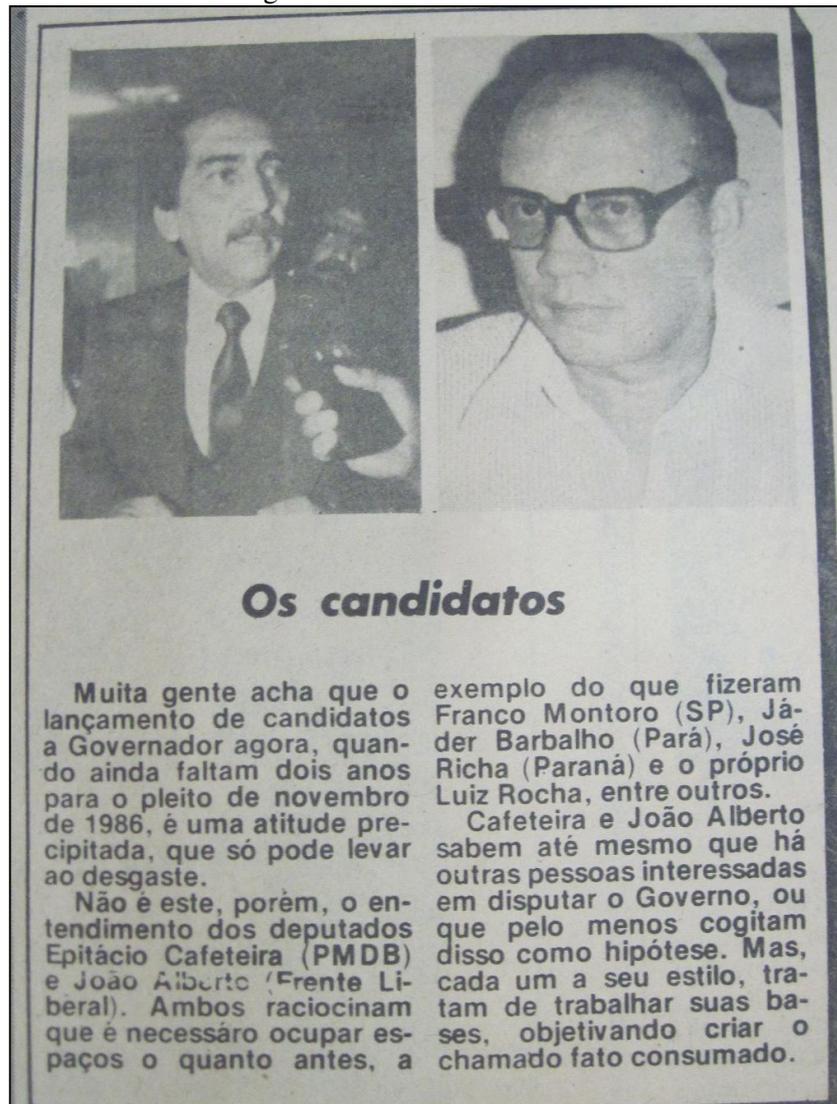
Fonte Jornal O Estado do Maranhão (18/11/1984, p. 9).

Porém, o mais importante nessas reportagens, não é observar quem foram os pensadores, cantores, escritores e outros artistas que defenderam a redemocratização, mas como eles serviram de instrumento de legitimação da campanha de convencimento, pois serviram como instrumentos político-ideológico e polos concentradores de atenção da população.

Somando-se a coluna social, aos editoriais políticos e econômicos, as capas e aos cadernos alternativos tivemos um periódico profuso em propaganda política durante a campanha eleitoral presidencial de 1984/85. O jornal notadamente trabalhou de forma árdua no proselitismo de suas ideais no estado do Maranhão

Faltando apenas quatro dias para a reunião do CE, provavelmente uma reportagem publicada no dia 11 de janeiro de 1985 na coluna política Estado Maior (Figura 11) seja a mais simbólica e concreta de uma corrida política pelo eleitorado pós-redemocratização já durante a campanha presidencial indireta de 1985. Essa corrida que nomeamos neste trabalho como campanha de convencimento já era admitida nesse período pelos próprios membros da Aliança Democrática, a chapa de Tancredo e Sarney.

Figura 11 – Os candidatos



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (11/01/1985, p. 3).

Segundo a reportagem, em fins de 1984 e início de 1985, ambos os deputados Epitácio Cafeteira e João Alberto acreditavam ser necessário “ocupar espaços o quanto antes” (O Estado do Maranhão, 11/01/1985, p. 3) ainda que as eleições para governadores ocorressem só dois anos depois dali; a reportagem sugeria que eles deveriam aproveitar aquele momento para lançarem suas pré-candidaturas a governadores, como já ocorrera em outros Estados, como São Paulo, Pará e Paraná.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho percebe-se como o ambiente político local e nacional favoreceu ao aparecimento da figura do político José Sarney no cenário local e nacional. A imprensa, especialmente, o jornal *O Estado do Maranhão*, representava-o como a solução dos problemas locais e nacionais: foi o “libertador” do Vitorinismo no Maranhão e também conciliador da ARENA e PDS em nível nacional e, posteriormente, junto a Tancredo Neves foi o político eleito encarregado da transição do regime militar à redemocratização do Brasil.

Apesar de frequentes dissidências de aliados políticos no Maranhão, José Sarney exercia grande influência na política, principalmente, por suas boas relações em Brasília. Antevendo o fim da Ditadura Militar, novamente Sarney se propôs como conciliador e solução para esse momento de transição política nacional. No estado usando a sua influência midiática local para pavimentar o início da carreira dos filhos na política.

Também vimos que, com a eleição de José Sarney como vice em 1985 e posteriormente com a morte de Tancredo Neves, ele foi encaminhado para a presidência da República, que lhe proporcionou uma ampliação da sua rede de poder e influência. Isto sem dúvidas favoreceu substancialmente o prolongamento de seu domínio político no Maranhão e do seu protagonismo na história do Brasil, pois deixou de ser apoiador da ditadura para ser tornar uma espécie de “pai (ou padrasto)” da redemocratização.

Podemos concluir que os tancredistas conseguiram isolar dissidentes do sarneísmo na política local e, através da campanha de convencimento que denegriu a imagem dos que ainda teimavam em serem opositores, como foi o caso do senador João Castelo. Boa parte do desgaste gerado na imagem dos opositores era oriunda das próprias páginas do jornal *O Estado do Maranhão* que durante a campanha presidencial não mediu esforços para convencer seus leitores de quem era ou quais eram as melhores opções de candidatos para as políticas locais e nacionais.

Provavelmente um dos maiores aprendizados neste trabalho não esteja exatamente nos fatos ocorridos durante a campanha presidencial de 1985, mas no estudo da análise das notícias, pois “a veracidade da notícia é um tema absolutamente questionável” (ALSINA, 2009, p. 296). Essa citação nos diz mais de uma notícia do que ela própria, pois já que ela essencialmente não precisa ser verídica, tal afirmação nos abre um gigantesco leque de questionamentos contidos na construção de uma notícia.

Por fim, independentemente de qualquer exagero ou facciosismo contido no jornal *O Estado do Maranhão*, não há dúvidas de que o melhor e o elemento mais explorado e

utilizado pelo periódico na campanha de convencimento foram os fatos ocorridos em 25 de outubro de 1984. Eles serviram de combustível para a oposição (chapa Tancredo-Sarney) suscitar, nas páginas do *O Estado do Maranhão*, um verdadeiro sentimento de revolta com a “repressão” narrada sobre a eleição ocorrida na Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, para a eleição dos delegados que estariam no colégio eleitoral em janeiro de 1985 e que seriam responsáveis pela eleição indireta do primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar.

## REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo matéria de primeira página**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; INL, 1978.
- BARBOSA, Zulene. As temporalidades da política do Maranhão. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 10, p. 9-18, jan./ jun. 2003. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18970/14130>>. Acesso em: 02 de abr. 2016.
- BORGES, Arleth Santos. Estudante e Política: movimento estudantil e greve da meia-passagem no contexto da redemocratização. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 1, p. 109-128, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2006\\_1/arleth\\_borges\\_v4\\_n1.pdf](http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2006_1/arleth_borges_v4_n1.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2014.
- BURKE, Peter. **O que é História cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da Oligarquia?. In: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Ed. Estação gráfica, 2002. p. 13-24. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. (org.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís, Jundiaí, SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015. v. 1. p. 189-236. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- DE LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Banessi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf](http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. In: \_\_\_\_\_. **A origem e desenvolvimento do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão: Interesses, atores e processos de intermediação (1938-1982)**. 1996.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufma.br:8080/xmlui/bitstream/handle/1/160/SAR\\_NEISMO.pdf?sequence=3](http://www.repositorio.ufma.br:8080/xmlui/bitstream/handle/1/160/SAR_NEISMO.pdf?sequence=3)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

HOLANDA, Felipe de (coord.). **Indicadores da conjuntura econômica do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos do IBGE de 1970 e 1991**. São Luís: Centro de Documentação e Disseminação de Informações –CDDI, 1991.

LIEDTKE, Paulo. O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 434-466. Disponível: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/paulo\\_liedtke.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/paulo_liedtke.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2014.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

REVISTA VEJA. São Paulo: Ed. Abril, ed. 2110, ano 42, n. 17, p. 82-83, abr. 2009.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?**. 9. ed. São Paulo: Atual, 1990.

SILVA, Ilse Gomes. Entre o local e o nacional: a “reforma” do aparelho do estado no Maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 14, n. 35, p. 199-226, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=920&article=124&mode=pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova republica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

#### **Fontes impressas:**

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, [1984-1985]. (Diversas edições entre outubro de 1984 e Janeiro de 1985. Biblioteca Pública Benedito Leite).

JORNAL JORNAL DE HOJE. São Luís, [1984-1985]. (Diversas edições entre outubro de 1984 e Janeiro de 1985. Biblioteca Pública Benedito Leite).